

RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo desta tese será disponibilizado somente a partir de 23/06/2018.

KELLY CRISTINA PEREIRA PUERTAS

**PROCESSOS PSÍQUICOS SUBJACENTES À VOCAÇÃO: uma abordagem
psicanalítica freudiana ao tema da escolha profissional**

**ASSIS
2016**

KELLY CRISTINA PEREIRA PUERTAS

PROCESSOS PSÍQUICOS SUBJACENTES À VOCAÇÃO: uma abordagem psicanalítica
freudiana ao tema da escolha profissional

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras
de Assis – UNESP – Universidade Estadual
Paulista para a obtenção do título de Doutora em
Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e
Sociedade)

Orientador: Prof. Dr. Francisco Hashimoto

ASSIS
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

P977p Puertas, Kelly Cristina Pereira
Processos psíquicos subjacentes à vocação: um abordagem psicanalítica freudiana ao tema da escolha profissional / Kelly Cristina Pereira Puertas. Assis, 2016.
170 f.

Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.
Orientador: Dr Francisco Hashimoto

1. Vocação. 2. Ocupação. 3. Psicanálise. 4. Transmissão psíquica entre gerações. 5. Metapsicologia. I. Título.

CDD 616.8917

KELLY CRISTINA PEREIRA PUERTAS

PROCESSOS PSÍQUICOS SUBJACENTES À VOCAÇÃO: uma abordagem psicanalítica
freudiana ao tema da escolha profissional

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e
Letras – UNESP/Assis para obtenção do título de
Doutora em Psicologia. (Área de Conhecimento:
Psicologia e Sociedade)

Data de Aprovação: 23/06/2016

COMISSÃO EXAMINADORA

PRESIDENTE: PROF. DR. FRANCISCO HASHIMOTO – UNESP/Assis

MEMBROS: PROFA. DRA MARIA ALICE SIQUEIRA MENDES E SILVA –
FACDOMBOSCO/Cornélio Procópio.

PROF. DR. IÚRI YRVING MÜLLER DA SILVA – FADAP/ Tupã

PROF. DRA. THÁSSIA SOUZA EMÍDIO – UNESP/Assis

PROF.DR. MARCOS MARIANI CASADORE – UNESP/Assis

Para
Beatriz, Ermínio e Nézia.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos aos que se fizeram presentes no decorrer desta pesquisa e viabilizaram a sua construção:

Ao prof. Dr. Francisco Hashimoto, meu orientador, pela confiança e incentivo, além das discussões e revisão atenciosa que trouxeram norteamento ao trabalho. Pela disponibilidade e zelo em fazer mais do que sua função de orientador exigia. Guardo-o como modelo de profissional, de docente e de vida.

À prof^a Dr^a Thassia Souza Emídio e ao prof. Dr. Marcos Mariani Casadore pelas sugestões e apontamentos dados no exame de qualificação que permitiram reflexão sobre os rumos a serem tomados para a finalização deste trabalho.

À prof^a Maria Alice Siqueira Mendes e Silva e ao prof. Iúri Yrving Muller da Silva pela disponibilidade no aceite em compor a banca de defesa.

Aos colegas de trabalho prof^a Me. Aracéles Frasson de Oliveira, prof^a Me. Juliana Costa do Prado, prof^a Me. Juliana Alencar e prof. Esp. Luiz Fernando Corazza pelo apoio, momentos de discussão e de escuta, que facilitaram a consecução desta pesquisa.

À minha filha pelo incentivo e pela presença constante que me deram forças para realizar esta empreitada. Pela confiança em mim depositada, pela paciência e compreensão em ceder o tempo à ela destinado para que esta pesquisa fosse confeccionada.

Aos meus pais, Ermínio e Nézia, que propiciaram minha dedicação à esta pesquisa. Pelo apoio e incentivo desde que iniciei meus estudos.

RESUMO

PUERTAS, Kelly Cristina Pereira. **PROCESSOS PSÍQUICOS SUBJACENTES À VOCAÇÃO: uma abordagem psicanalítica freudiana ao tema da escolha profissional.** 2016. 170 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2016.

O presente trabalho de cunho teórico consistiu em estudar os processos psíquicos que subjazem à vocação, àquilo que ‘chama’ o indivíduo a uma ação, no caso mais específico do uso deste termo na esfera do trabalho, aos elementos que conduzem o indivíduo à escolha de uma profissão/ ocupação, mas não uma qualquer dentre tantas e sim aquela que ele entende preencher os requisitos de um papel que foi chamado a cumprir. Com tal meta, nos ancoramos nas teses psicanalíticas freudianas com vistas a descortinar os mecanismos que permeiam o processamento psíquico que redundam no que convencionalmente descrevemos como vocação. Elencamos os conceitos fundamentais de teoria psicanalítica freudiana que, entendemos, encontram-se envolvidos na noção de vocação, quais sejam: a sobredeterminação, a noção de objeto, a escolha do objeto e da neurose, a identificação, o ideal do Eu e o Supereu. Tratamos destes assentamentos teóricos a partir da metapsicologia freudiana, na medida do possível, com vistas a extrairmos o máximo de compreensão do funcionamento do aparato anímico que conduz/produz à emergência da vocação. Assim, discutimos a noção de vocação como um processo psíquico sustentado em aspectos topológicos, dinâmicos e econômicos. A vocação, numa concepção psicanalítica, pode ser entendida como um chamado do Supereu para que o Eu empreenda atividades por meio das quais se possa granjear alguma forma de satisfação, mesmo que paliativa. Essa compreensão de que o indivíduo constitui a vocação, que pode conduzir à escolha profissional, a partir dos elementos que forjam o aparelho psíquico, portanto, as figuras do entorno deste indivíduo desde o princípio da vida, dentre as quais destacamos os entes parentais, é acrescida com as premissas da transmissão psíquica entre gerações. A transgeracionalidade permite-nos vislumbrar o legado deixado para o indivíduo pelas gerações antecessoras, em especial pela constituição de um ideal do Eu familiar que norteará os projetos de vida de cada um dos membros do grupo familiar. Assim, para além de pensar a vocação como uma noção enlaçada ao trâmite entre pai, mãe e filho, estendemos estes determinantes como provenientes dos antepassados que, de geração a geração, promovem projetos de vida a cumprir, balizando inclusive as escolhas profissionais/ocupacionais de modo a propiciar um senso de identidade familiar e o sentimento de pertença que demarca seus membros.

PALAVRAS-CHAVE: Vocação. Escolha profissional/ ocupacional. Transmissão psíquica entre gerações. Psicanálise. Metapsicologia freudiana.

ABSTRACT

PUERTAS, Kelly Cristina Pereira. **PSYCHIC PROCESSES IMPLIED IN VOCATION: a Freudian psychoanalytical approach to the theme of professional choice.** 2016. 170 p. Doctoral dissertation (Psychology). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2016.

The present theoretical-style paper consisted of a study on the psychic processes that are implied in vocation; in what “calls” the individual into an action, concerning specifically the usage of this expression in the work field; in the elements that lead the individual to a professional/occupational choice, not any choice among many, but the one that they understand fulfilling the requirements of a role they were called to accomplish. Having this objective, we based upon the Freudian psychoanalytical thesis, aiming at uncovering the mechanisms that permeate the psychic processing resulting in what we conventionally call vocation. We listed the fundamental concepts of Freudian psychoanalytical theory that, as we understand, are found involved with the notion of vocation, that are: overdetermination, notion of object, object choice and neurosis, identification, the ideal of Ego and Superego. We treated those theoretical settlements from the Freudian metapsychology, as far as possible, aiming at extracting utmost comprehension of the psychic apparatus’ functioning that leads to/produces the emerging of vocation. Thereby, we discuss the vocation notion as a psychical process supported by topographical, dynamical and economical aspects. Vocation, in a psychoanalytical conception, can be understood as a call from the Superego so that the Ego undertakes activities by which it can obtain some kind of satisfaction, even if palliative. This conception that the individual constitutes the vocation, that can lead to professional choice, from the elements which shape the psychic apparatus, therefore, the surrounding figures of this individual since beginning of life, such as parental entities, is added to the premises of psychic transmission between generations. Transgenerationality permits us to glimpse at the legacy left to the individual by preceding generations, especially by the continuation of an ideal of the familial Ego that will guide the life projects of each member of the familial group. Thus, beyond thinking vocation as a notion connected to the process between father, mother and son, we extend these determinants as originating from the ancestors, who, generation to generation, promote life projects to accomplish, limiting including the professional/occupational choices in such a way to provide a sense of familial identity and the feeling of belonging that delimitates their members.

KEYWORDS: Vocation. Professional/Occupational choice. Psychic transmission between generations. Psychoanalysis. Freudian metapsychology.

RÉSUMÉ

PUERTAS, Kelly Cristina Pereira. **DES PROCESSUS PSYCHIQUES SOUS-JACENTS A LA VOCATION : une approche psychanalytique freudienne au thème du choix professionnel.** 2016. 170 p. Thèse (Doctorat en Psychologie). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2016.

Ce travail théorique consiste dans l'étude des processus psychiques qui sont sous-jacents à la vocation, ce qui "appelle" l'individu à une action, dans le cas plus spécifique de l'usage de ce terme dans l'univers du travail, aux éléments qui conduisent l'individu au choix d'une profession / occupation. Pas une profession quelconque, mais celle qu'il comprend remplir les conditions requises d'un rôle à qui il a été appelé à accomplir. Avec cet objectif, nous appuyons sur des thèses psychanalytiques freudiennes visant à déceler les mécanismes qui traversent le processus psychique qui conduit à ce que nous décrivons conventionnellement comme vocation. Nous listons les concepts fondamentaux de la théorie psychanalytique freudienne qui, comme nous l'entendons, se trouvent impliqués dans la notion de vocation, soit : la surdétermination, la notion d'objet, le choix de l'objet et de la névrose, l'identification, l'idéal du Moi et le Surmoi. Nous abordons ces définitions théoriques à partir de la métapsychologie freudienne, autant que faire se peut, visant le dégagement maximal de la compréhension du fonctionnement de l'appareil animique qui conduit / produit à l'émergence de la vocation. Par conséquent, nous discutons la notion de vocation comme un processus psychique soutenu dans des aspects topographiques, dynamiques et économiques. La vocation, dans une conception psychanalytique, peut être comprise comme un appel du Surmoi pour que le Moi entreprenne des activités à travers lesquelles il peut remporter quelque satisfaction, même qu'apaisante. À cette compréhension de que l'individu constitue la vocation qui peut conduire au choix professionnel à partir des éléments qui forgent l'appareil psychique, par conséquent, les personnages de l'entourage de cet individu depuis le principe de sa vie, parmi lesquels on peut souligner les parentes, il y est ajouté les postulats de la transmission psychique entre les générations. La transgénérationnalité nous permet d'entrevoir l'héritage laissé à l'individu par les générations précédentes, surtout par la constitution d'un idéal du Moi familial. Ainsi, au-delà de penser la vocation comme une notion entassée à la démarche entre père, mère et enfant, nous élargissons ces déterminants comme provenant des ancêtres qui, de génération à génération, instituent des projets de vie à exécuter, en balisant aussi les choix professionnels / occupationnels de manière à fournir un sens d'identité familiale et le sentiment d'appartenance qui caractérise leurs membres.

Mots-clés : Vocation. Choix professionnel / occupationnel. Transmission psychique entre générations. Psychanalyse. Métapsychologie freudienne.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 ALICERCES PSICANALÍTICOS, OU ALGUNS FUNDAMENTOS DA PSICANÁLISE QUE SUBSIDIAM NOSSAS DISCUSSÕES	21
1.1 O SUJEITO DESCENTRALIZADO DA PSICANÁLISE	21
1.2 O INCONSCIENTE: UM NOVO OBJETO PARA UM NOVO CAMPO DO SABER	27
1.2.1 Justificativa da necessidade e legitimidade do inconsciente	28
1.2.2 Os sentidos do termo inconsciente	31
1.2.3 O ponto de vista topológico	34
1.2.4 O mecanismo de Repressão: os afetos inconscientes, a topologia e a dinâmica da repressão	36
1.2.5 As características distintivas do sistema <i>Ics</i>	39
1.2.6 Processos de comunicação entre os sistemas	41
1.2.7 As noções de representação de palavra e de representação de coisa: a distinção entre sistemas <i>Ics</i> e <i>Pcs</i>	45
1.3 A PSICANÁLISE ENQUANTO METAPSIKOLOGIA	47
1.4 À GUIA DE CONCLUSÃO: QUE SUJEITO E QUE OBJETO PARA A PSICANÁLISE? ENTÃO, QUE SUJEITO E QUE SUBJETIVIDADE COMO PARÂMETRO PARA A CONFECÇÃO DESTE TRABALHO?	51
2 MECANISMOS SUBJACENTES À VOCAÇÃO E ESCOLHA PROFISSIONAL	54
2.1 A QUESTÃO DA SOBREDETERMINAÇÃO	54
2.2 CONSIDERAÇÕES METAPSICOLÓGICAS AO CONCEITO DE OBJETO EM FREUD	60
2.3 CONSIDERAÇÕES METAPSICOLÓGICAS À NOÇÃO DE ESCOLHA EM PSICANÁLISE	69
2.3.1 Considerações metapsicológicas à escolha de objeto	70
2.3.2 Considerações metapsicológicas à escolha da neurose	76
2.4 CONSIDERAÇÕES METAPSICOLÓGICAS AO CONCEITO DE IDENTIFICAÇÃO EM FREUD	87
2.4.1 Pré-história do conceito: o mecanismo de identidade no <i>Projeto de uma Psicologia</i>	89
2.4.2 A incorporação oral: entre a destruição e a assimilação do objeto	92
2.4.3 Uma sombra recai sobre o eu: o mecanismo de introjeção do objeto no eu	94
2.4.4 Sistematização do conceito de identificação	97
2.4.5 Perpassando e alinhavando os momentos do pensamento do autor: contornos de uma metapsicologia da identificação	99

2.4.6 Apontamentos finais à noção de identificação e sua articulação com a vocação ...	103
2.5 AS NOÇÕES DE IDEAL DO EU E SUPEREU	104
2.6 VOCAÇÃO: LEGADO E/OU ESCOLHA?	113
3 A TRANSMISSÃO PSÍQUICA GERACIONAL DA VOCAÇÃO	123
3.1 APONTAMENTOS CALCADOS NA TEORIZAÇÃO FREUDIANA QUE PERMITEM PENSAR A TRANSMISSÃO PSÍQUICA ENTRE GERAÇÕES	126
3.1.1 Dificuldades sobre a questão da transmissão psíquica em Freud	132
3.2 COMO SE CONSTITUI UMA FAMÍLIA OU, QUE ELEMENTOS PSÍQUICOS ESTÃO IMBRICADOS NA CONSTITUIÇÃO FAMILIAR.....	140
3.3 A TRANSMISSÃO GERACIONAL DA VOCAÇÃO OU, COMO A INSERÇÃO EM UMA FAMÍLIA EVOCA A EMERGÊNCIA DA VOCAÇÃO.....	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
REFERÊNCIAS.....	161

INTRODUÇÃO

Esbarramos seguidamente em demandas de análise que giram em torno de uma infelicidade, um mal-estar, com respeito às questões relativas ao trabalho. Apesar da importância da escolha profissional no curso ulterior da personalidade e das funções de uma ocupação no bem-estar físico e emocional de quem a segue, relativamente pouco se pode encontrar na literatura a respeito do tema (LEVENFUS, 1997, p. 17).

O texto de Levenfus (1997) destacado em epígrafe, que consta da introdução da obra *Psicodinâmica da escolha profissional*, é consonante com nossa experiência clínica. Relatos de diversos pacientes apontavam para a sensação de inadequação quando no ambiente de trabalho e quanto a atividade profissional exercida, a resistência em levantar pela manhã e dirigir-se ao local de trabalho, no desconforto quando da execução da atividade laboral bem como engendrado nas relações com os colegas de trabalho, o cansaço e as dores de cabeça insistentes que desapareciam logo após deixar o ambiente laboral. Questões relativas à escolha da profissão a seguir também marcavam a tônica na fala de pacientes jovens, em véspera de prestar vestibular, ou já cursando um curso universitário, preocupações sobre a eleição da profissão, a respeito da posição da família com relação à escolha, quanto ao ingresso no mercado de trabalho, às possibilidades de ascensão na carreira, entre outras.

O termo recorrente nas queixas de pacientes citadas acima é *trabalho*. Autores como Dejours (1992, 2012), Bohoslavsky (1998), Torres (2001) e Paim (s/d) concordam que o trabalho pode ser encarado pelos indivíduos como cansativo, enfadonho ou como fonte de sofrimento. Os múltiplos aspectos negativos do trabalho eram a tônica trazidas a nós por distintos pacientes. Mas, apesar dos aspectos negativos relativos ao trabalho, os autores apontam que ele também pode ser percebido como edificante e prazeroso.

Algumas das acepções apresentadas ao termo trabalho podem ser assim listadas:

1 conjunto de atividades, produtivas ou criativas, que o homem exerce para atingir determinado fim <t. manual> <t. intelectual> **2** atividade profissional regular, remunerada ou assalariada <t. de tempo integral> <t. de meio expediente> **3** exercício efetivo dessa atividade <o t. de um jornalista, de um metalúrgico> **4** local onde é exercida tal atividade <mora perto do t.> **5** cuidado ou esmero empregado na feitura de uma obra <deu-lhe muito t. aprimorar o romance> **6** qualquer obra realizada (manual, artística, intelectual etc.); empreendimento, realização <a ponte era um belo t. de engenharia> **7** qualidade de execução, feitura, labor <um delicado t. de ourivesaria> **8** ação ou modo de executar uma tarefa, de manejar um instrumento <t. de madeira, de cerâmica> <t. de cinzel, de pincel> **9** tarefa a cumprir; serviço <pediu ao jardineiro que terminasse o t.> **10** esforço incomum; luta, lida, faina <foi um t. convencê-lo a voltar para casa> **11** aquilo que se tornou uma obrigação ou responsabilidade de alguém; dever, encargo <seu t. é zelar pelos alunos> [...] **16** ECON. POL atividade humana

que se caracteriza como fator essencial da produção de bens e serviços 17 ECON. POL conjunto dos trabalhadores que participam da vida econômica de um país [...] (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 1861-1862).

Por ser uma atividade remunerada, o trabalho é meio de promover a subsistência, uma forma pela qual as necessidades básicas, ao menos, podem ser satisfeitas; também é uma maneira de adequação do indivíduo ao social, um modo de estabelecer seu *status* no meio. Mais ainda, podemos pensar que por intermédio do trabalho o social é construído e reconstruído continuamente.

O trabalho tem sido considerado, há muito tempo, como uma das atividades através das quais o ser humano produz o que lhe é necessário para sua sobrevivência. Essa atividade é, essencialmente, fruto de uma articulação social, rede que determina algumas das principais relações entre os componentes de um mesmo grupo. A ação do homem sobre o meio em que vive tem como objetivo produzir coisas e tentar criar melhores condições de vida, sejam materiais ou espirituais. Reconhecemos que quando o homem atua sobre o mundo externo, ele vai também o transformando. [...] A produção humana tem alcançado níveis inimagináveis de sofisticação e progresso (TORRES, 2001, p. 11).

Tais acepções remetem ao trabalho como meio para obtenção de fins e, destacamos apoiados em Freud (1930/2010, v.18), que a finalidade estaria relacionada tanto a aspectos de sobrevivência como de melhoria nas condições de vida. Além da promoção de subsistência, o trabalho seria uma forma de adequação do indivíduo ao seu meio social (TORRES, 2001).

O aspecto dúplice e antitético do trabalho, como mantenedor da vida e, em contrapartida, como promotor de sofrimento, pode ser vislumbrado na afirmação de Dejours (2012, p. 150, grifo do autor): “Beneficiário da *produção*, o homem é, amiúde no mesmo movimento, vítima do trabalho”.

Ao conduzirmos a questão sofrimento *versus* satisfação via atividade laboral, defrontamo-nos com o suposto freudiano de que a livre escolha da profissão permitiria a obtenção de satisfação via processos sublimatórios. Isto parece-nos implicar que, se não escolhida livremente, a profissão poderá ser entendida como fonte de sofrimento. Bastante ilustrativo é o desabafo angustiado de um paciente que, após 20 anos exercendo a profissão de advogado, passa a supor que escolheu erradamente seu ofício. Sua preocupação é o que fazer a respeito da infelicidade gerada a partir do seu trabalho já no adiantado de sua vida.

Questões como esta, que invadiam cotidianamente a clínica via relatos angustiados e, outras vezes, resignados com a condição posta e, de certa forma, eleita de subsistência,

conduziram a uma preocupação: como pensar a vocação e a escolha profissional¹ dentro de parâmetros psicanalíticos?

Na busca por compreensão destes fenômenos que chegavam à clínica, deparamo-nos com a problemática apontada por Levenfus (1997): a escassez de recursos bibliográficos de abordagem psicanalítica (no nosso caso, de abordagem psicanalítica freudiana) na área da Orientação Vocacional e Profissional. Pensar na escassez de recursos bibliográficos de abordagem psicanalítica [freudiana²] na área da Orientação Vocacional e Profissional destacada por Levenfus (1997) provocavam desconforto para o trabalho em clínica, pois sentíamos falta de material teórico para substanciar os atendimentos, em especial porque não pretendíamos trabalhar com Orientação Vocacional/Profissional, mas dar contornos às angústias relatadas pelos pacientes em relação ao universo do trabalho e, mais especificamente, à escolha da profissão que fizeram no passado ou que estavam em vias de eleger. Uma busca inicial na obra freudiana gerou mais desconforto, pois pouco material foi encontrado sobre o tema trabalho. Interessante essa pouca discussão do tema trabalho, pois se Freud (1930/2010, v.18) aponta que a capacidade do indivíduo trabalhar e amar de forma efetiva é uma prova incontestável de que houve um desenvolvimento apropriado da personalidade/ subjetividade, por que a escassez de pesquisas relativas à relação subjetividade e escolha profissional dentro de um aporte psicanalítico freudiano? Assim, o mesmo questionamento destacado por Levenfus (1997, p. 17-18) estava presente em nossas conjecturas: “Por que a Psicanálise não estendeu um braço maior ao entendimento do fenômeno da escolha profissional, já que o trabalho ocupa uma fatia realmente grande de nossa vida?”

As inquietações que compartilhamos com a autora a respeito da grandiosidade do tema trabalho na vida dos indivíduos e, mais precisamente, sobre os processos envolvidos na escolha da profissão, a qual poderia conduzir à satisfação ou ao sofrimento, materializaram-se em problema de pesquisa: que mecanismos intrapsíquicos estariam implicados na vocação³?

Nossa proposta para a consecução desta pesquisa foi teórica de cunho bibliográfico. Assim, empreendemos uma varredura por obras que tratassem do tema dentro de um referencial psicanalítico freudiano. Há tempos tínhamos contato com a obra de Bohoslavsky

¹ A preocupação com as questões relativas ao indivíduo projetar-se no futuro, decorrentes dessas queixas recorrentes na clínica conduziram às discussões sobre a noção de ideal do Eu na teoria psicanalítica freudiana apresentadas por Puertas (2010).

² Tradicionalmente encontramos o recurso a Bohoslavsky e continuadores, de orientação kleiniana, os quais são estudados como referência para a abordagem psicanalítica à área de Orientação Vocacional.

³ O que chamamos vocação está relacionado ao termo proveniente do latim *vocatio*, que significa chamado. Este ponto será discutido em momento oportuno.

(1998), de base psicanalítica, mas nitidamente kleiniano. Este autor delineava elementos que nos permitiam pensar a questão da vocação, mas não satisfazia nossa necessidade de material especificamente freudiano. Apontamos que, mesmo com referencial notadamente psicanalítico kleiniano do autor, este busca apoio para realizar suas discussões em Freud, Erikson, Hartmann e Aberastury. Daremos uma explicação sucinta de como a escolha vocacional/ profissional pode ser compreendida segundo este autor e seus seguidores para com isto configurarmos a especificidade deste autor e a distinção do trabalho a que nos propomos.

Partindo de uma abordagem kleiniana, tem-se a perspectiva que “[...] quando se escolhe uma profissão, está se reparando um objeto destruído em fantasia, ou realidade” (ABREU FILHO⁴, 2006, p. 23). Segundo a compreensão kleiniana, as posições esquizoparanoide e depressiva seriam modos de relação estabelecidos pela criança com os objetos originais. Estas duas posições ocorreriam em momentos precoces do desenvolvimento da criança⁵ e apresentariam formas específicas de angústias e defesas.

A primeira posição, a esquizoparanoide, tem como angústia destacada a persecutória de aniquilamento e a defesa empregada ante a esta angústia é a cisão do ego. Deste modo, haverá a projeção de parte dos aspectos persecutórios para o exterior, para o seio materno frustrador, designado de seio mau. Outra parcela dos aspectos persecutórios será conservada no interior do aparelho psíquico do bebê, sob a forma de agressividade, e duelará com os objetos internos perseguidores. Aspectos gratificantes dos objetos também são mantidos no interior do psiquismo, sendo possível ainda projetá-los sobre o seio que gratifica, designado de seio bom. Destarte, os objetos são tidos como parciais, em parte bons e em parte maus (ABREU FILHO, 2006).

Na posição depressiva ocorre a convergência entre os objetos que, na posição esquizoparanoide, eram vivenciados com distintos. Agora haverá um objeto total, contendo as características gratificadoras e frustradoras. Assim, o objeto/ seio que fora atacado em razão da frustração proporcionada ao bebê é concebido agora como sendo o mesmo seio que gratifica. Ao integrar os objetos parciais – seio bom e seio mau – a culpa gerada pela destruição fantasística do objeto se apodera do bebê. O mecanismo de reparação se

⁴ Conforme apontamos o recurso abordagem psicanalítica kleiniana para a aproximação ao tema em estudo, exemplificamos com a pesquisa de Abreu Filho (2006).

⁵ Abreu Filho (2006) destaca que as posições esquizoparanoide e depressiva não são relegadas à infância, mas que se estendem durante toda a vida, dando-se uma oscilação entre estas duas posições “[...] de acordo com as condições momentâneas que o ego vai se encontrar em maior ou menor capacidade de integração” (p. 25).

estabelecerá como forma de reconstruir o objeto que fora danificado e, desta maneira, mitigar a culpa. Abreu Filho (2006, p. 47) assim esclarece o que seria a reparação:

É um mecanismo pelo qual o indivíduo procura reparar os efeitos provocados no seu objeto de amor pelas suas fantasias de destruição, e isso ocorre em resposta à angústia e culpabilidade inerentes à posição depressiva em que o indivíduo tenta manter ou restabelecer a integridade com o corpo materno.

É neste panorama teórico que Bohoslavsky (1998) e, ancorado nas teses deste, Abreu Filho (2006), destacam a reparação como o mecanismo psíquico do qual deriva o processo de escolha vocacional/ profissional⁶. Segundo Abreu Filho (2006, p. 47), “[...] a escolha profissional vai buscar a reparação dos objetos danificados em fantasia”. Dito de outra forma e, talvez, de forma mais contundente, a escolha profissional seria realizada pautada na escolha pelo objeto interno a ser reparado (BOHOSLAVSKY, 1998). Abreu Filho (2006, p. 48) resume o que expressaria a escolha profissional: “[...] o indivíduo busca uma profissão, na realidade busca um reencontro, tentando restituir e reencontrar o objeto que imaginara ter destruído”.

Mas, a compreensão de Bohoslavsky para o tema da escolha vocacional/profissional não é a única possível dentro do panorama das teorias psicanalíticas. Na continuidade da busca por compreensão do tema num aporte psicanalítico freudiano tivemos acesso à obra de Maria Luiza Camargos Torres, publicada em 2001, intitulada *Orientação Profissional Clínica: uma interlocução com conceitos psicanalíticos*. Esta obra nos deu nova dimensão de pesquisa, inclusive por tecer comentários que julgamos pertinentes a respeito da proposta de Bohoslavsky. Torres destaca a relevância do autor para a Orientação Profissional, mas aponta algumas ressalvas. Diz a autora que,

Apesar de R. Bohoslavsky ter cumprido um papel de extrema importância para o campo da Orientação, tirando-lhe do lugar de mera catalogação de dados, atitudes e mensurações, não chegou, entretanto, a desenvolver realmente algumas interseções que apontou como possíveis entre este trabalho e a psicanálise. Vários conceitos freudianos são apenas citados em sua obra, sem um estudo mais elaborado, como é o caso do mecanismo da sublimação, da sobredeterminação, da relação objetal, da identificação, da escolha objetal, e tantos outros (TORRES, 2001, p. 89).

Alguns aspectos distinguem o processo de Orientação Profissional Clínica propostos por Torres e por Bohoslavsky. Para nosso trabalho, que não tem intenção de discutir a orientação vocacional/ profissional e sim compreender quais os mecanismos intrapsíquicos estariam relacionados à vocação e à escolha profissional, basta-nos considerar a distinção

⁶ Atualmente aponta-se a escolha ocupacional, atrelada à profissional. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2016), a distinção entre profissão e ocupação é que a primeira requer uma formação, uma qualificação formal, geralmente a nível de 3º grau ou técnica para o exercício proposto, já a ocupação refere-se a uma atividade que não necessita de tal formação formal.

teórica entre os autores. Torres (2001) critica a sustentação teórica de Bohoslavsky em referenciais e, portanto, metodologias distintas, de modo a haverem visões de mundo diferentes e concepções de homem paradoxais, como, por exemplo, no caso das ideias rogerianas e psicanalíticas. Torres (2001, p. 89) declara que sua forma de trabalho na Orientação Profissional Clínica e, portanto, sua compreensão da vocação e da escolha profissional, é apoiado apenas na psicanálise, que considera “[...] como um método de investigação por excelência, que procura o significado inconsciente das palavras, atos e produções fantasmáticas do sujeito humano”. Mais ainda, a autora destaca a influência das escolas psicanalíticas americana e inglesa na obra de Bohoslavsky enquanto ela – Torres – é influenciada pela escola europeia. Vemos em Torres, então, uma orientação psicanalítica freudo-lacaniana, na qual a autora busca subsídios nas obras de Freud, Lacan e comentadores para balizar a concepção de Orientação Profissional Clínica. Destarte, vislumbramos nesta autora maior proximidade com a leitura psicanalítica freudiana que pretendíamos, porém as discussões propostas pela autora estavam diretamente relacionadas ao manejo da técnica de orientação profissional clínica. Deste modo, encontramos em sua obra poucos recursos teóricos para a discussão de nosso problema de pesquisa, o processamento psíquico relativo a vocação. Apesar disso, a autora elenca e discute brevemente quatro conceitos que fundamentam a escolha da profissão, os quais nos permitiram dar contornos iniciais a nosso percurso de pesquisa. Portanto, ingressamos ao tema com os seguintes conceitos psicanalíticos que foram elencados por Torres: sobredeterminação, objeto, escolha de objeto e da neurose, e identificação.

Tivemos ainda acesso à obra organizada por Levenfus (1997) intitulada *Psicodinâmica da escolha profissional*. Esta obra, além de capítulos escritos pela organizadora nos apresentou a outra autora de viés psicanalítico de aproximação do tema: Dulce Helena Soares-Lucchiari⁷. Estas autoras, apoiam seus escritos em Freud, Klein, Winnicott, Bohoslavsky, Bollas, Knobel⁸, Aberastury, Bion, dentre outros. Deste modo, apesar da riqueza de conteúdo apresentado pelas autoras, visualizamos no material produzido por elas a multiplicidade de leituras psicanalíticas provenientes de escolas distintas que pretendíamos evitar.

Além da localização destes quatro autores – Bohoslavsky, Levenfus, Soares-Lucchiari e Torres, fizemos uma busca em bases de dados eletrônicos que vislumbrassem a Psicologia disponíveis via internet. As principais bases de dados consultadas foram: o banco de teses da

⁷ A autora é referenciada de maneira distinta, em algumas obras como Soares-Lucchiari e em outras como Soares.

⁸ O autor assina o primeiro capítulo da obra organizada por Levenfus (1997), intitulado *Aspectos conscientes e inconscientes na Orientação Vocacional*.

CAPES, Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil (BVS-PSI), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC) e Scielo⁹. Ainda foram estabelecidas buscas em bibliotecas virtuais. Foram utilizados os seguintes descritores: VOCAÇÃO, ESCOLHA PROFISSIONAL, ESCOLHA VOCACIONAL, ORIENTAÇÃO VOCACIONAL e ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL. Em termos de artigos, como era de se esperar, o grande contingente de material de pesquisa relacionado a escolha vocacional/ profissional foi encontrado na Revista Brasileira de Orientação Profissional (que consta nas bases de dados Scielo e PePSIC). Deste modo, utilizaremos os artigos desta revista para promover um vislumbre das publicações disponíveis na área. Teixeira, Lassance, Silva e Bardagi (2007) fazem uma análise da produção científica nessa revista e assim esclarecem a razão de haverem tomado este periódico como base para a análise proposta:

No Brasil, a Revista Brasileira de Orientação Profissional é um periódico dedicado exclusivamente a essa temática e, pelo fato de ser vinculado à Associação Brasileira de Orientação Profissional (ABOP). É um dos principais meios de divulgação dos conhecimentos produzidos na área. [...] nem tudo o que se escreve sobre orientação profissional, desenvolvimento de carreira e temas correlatos, no Brasil, é publicado nessa revista [...] Apesar disso, sua importância no cenário nacional permanece, em virtude de ser um canal privilegiado para a comunicação e reflexão de idéias a respeito da Orientação Profissional (p. 26).

Alicerçados em Teixeira *et al* (2007) justificamos a seleção desta revista como modelo para a verificação da produção de material relativo a nosso tema de estudo, pela envergadura e abrangência dos trabalhos nela publicados. A Revista Brasileira de Orientação Profissional possui exemplares disponíveis em formato eletrônico, datados a partir de 2003 até 2015, contando com 13 volumes (do volume 4 ao 16¹⁰), sendo que cada volume possui 2 números (exceto a revista de nº 16, que teve publicada a edição de nº 1 de 2015), nos quais foram catalogados um total de 231 artigos sobre o tema da orientação profissional. Mas, como aponta Levenfus (1998), o material referente a abordagem psicanalítica era escasso. Interessante apontar a influência de Bohoslavsky que foi localizado como referência, inclusive, em artigos que não estavam discutindo a abordagem psicanalítica em relação à escolha profissional. Localizamos 36 artigos que se utilizaram de Bohoslavsky em suas referências. Isto nos permite compor uma dimensão da relevância dos escritos do referido autor para a orientação vocacional/profissional. Situação similar a de Bohoslavsky foi

⁹ Estamos cientes que algumas referências aparecem em duplicata, em mais de uma base de dados.

¹⁰ De acordo com Teixeira *et al* (2007), anteriormente havia a Revista da Associação Brasileira de Orientação Profissional (ABOP), que entre 1997 e 1999 contou com três volumes. Estes três volumes não foram localizados sob a forma digitalizada. Após um período de descontinuidade da revista, em 2003 a publicação vinculada a ABOP foi retomada, sendo que a partir de então o periódico passa a ser denominado de Revista Brasileira de Orientação Profissional. É a este periódico que nos referimos no levantamento de dados.

verificada com as autoras Levenfus, com referência em 18 artigos e Soares-Lucchiari/Soares¹¹ com referência em 26 artigos. Especificamente em relação a autores com aporte psicanalítico freudiano, localizamos 3 artigos com referência a Torres. No que concerne a Freud, encontramos 5 artigos que faziam referência a obra do autor.

Como dissemos anteriormente, além da pesquisa de artigos, também realizamos busca de teses e dissertações em bancos de dados eletrônicos, verificando resumo e palavras-chave, de modo a localizarmos produções relacionadas a abordagem psicanalítica. Despertou-nos maior interesse os seguintes trabalhos: A dissertação de mestrado de Bela Malvina Szajdenfisz intitulada *O adolescente e suas escolhas: contribuições da psicanálise para a escolha profissional*, defendida em 2008, que tem um aporte freudo-lacaniano, mas que recorre regularmente a obra freudiana em suas discussões. A tese de doutorado de Rinaldo Voltolini, defendida em 1999, intitulada *A questão da vocação: psicanálise e psicologia*, também com ancoragem freudo-lacaniana, na qual o autor tece críticas a Orientação Vocacional Clínica de Bohoslavsky destacando que ela promove uma descaracterização da psicanálise, propõe que se entenda a vocação como um sintoma.

Ficou-nos em destaque o pouco recurso ao assentamento nas formulações psicanalíticas freudianas para discutir a vocação e a escolha profissional. Mesmo os autores de ancoragem psicanalítica buscavam subsídios em autores pós-freudianos e, de modo bastante abrangente, nas discussões dos trabalhos destacavam-se aspectos descritivos da escolha profissional, do processo de Orientações Profissionais, e ficava em segundo plano a discussão do assentamento conceitual, metapsicológico, dos processos que estavam subjacentes à escolha.

Nosso trabalho buscará um retorno a Freud e, portanto, a uma proposta de empreendimento metapsicológico, para a compreensão da vocação e da escolha profissional. A proposta de um trabalho metapsicológico se justifica na busca por um assentamento conceitual que se estende para além do descritivo. Assim, pretendemos explicitar a vocação como um processo que sucede a níveis topológicos, dinâmicos e econômicos. Freud (1915b/2010) orienta que as investigações psicanalíticas se norteiem pelo suporte metapsicológico e nós, seguindo a orientação do autor fundamental da psicanálise e com o intuito de empreendermos um estudo calcado nos supostos psicanalíticos, propomos a mesma linha para nossa investigação.

¹¹ Colocamos as duas formas pelas quais se referencia a autora e não distinguimos entre as publicações que se referem a uma ou a outra destas formas.

Anunciamos que nos utilizaremos da obra freudiana objetivando extrair, de material ainda não burilado para estes fins, material que nos permita discutir o tema da vocação, visto que o autor não tratou deste assunto. Nos utilizamos ainda de comentadores, tanto da obra freudiana como aqueles que estudaram a questão da vocação e escolha profissional, na medida que eles nos permitam articular os conceitos freudianos que consideramos estarem relacionados a nosso tema de estudo. Assim sendo, alertamos que, mesmo que Bohoslavsky trafegue em um referencial psicanalítico notadamente kleiniano para tratar da vocação, nos utilizaremos de algumas de suas argumentações que entendemos serem condizentes com o aporte freudiano de nossa pesquisa.

Outro alerta precisa ser destacado com relação a este trabalho: as traduções da obra de Freud utilizadas. Optamos por apoiar nossa pesquisa em duas traduções da obra freudiana, quais sejam, a tradução de José Luis Etcheverry, publicada na Argentina pela editora Amorrortu, e a tradução para o português de Paulo César de Souza publicada pela Companhia das Letras¹². A utilização de duas traduções simultaneamente justifica-se pela tradução de Paulo César de Souza, para o português diretamente do original em alemão, da obra de Freud ainda não estar disponibilizada completa, faltando volumes com textos que seriam necessários para nossa discussão. O recurso à edição argentina deu-se quando não havia tradução ao português dos textos nos quais teríamos de nos ancorar.

Sobre a utilização de termos em português para verter os originais freudianos em alemão, anunciamos que tomamos por base a tradução argentina com vistas a promover uma uniformização dos termos utilizados. Assim, vertemos *Es* por Isso, *Ich* por Eu, *Über-Ich* por Supereu, *Trieb* por pulsão e *Verdrängung* por repressão. Apenas em citações diretas nos manteremos fieis aos termos utilizados pelo tradutor, mesmo quando ele não seja a nossa opção de tradução. Respaldamos nossa opção de tradução na orientação dada aos leitores da *Obra Completa*, de Sigmund Freud, publicada pela editora Companhia das Letras.

No tocante aos termos considerados técnicos, não existe a pretensão de impor as escolhas aqui feitas, como se fossem absolutas. Elas apenas pareceram as menos insatisfatórias para o tradutor, e os leitores e psicanalistas que empregam termos diferentes, conforme suas diferentes abordagens e percepções da psicanálise, devem sentir-se a vontade para conservar suas opções (SOUZA, 2010, v. 12, p. 12).

A pesquisa está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo retomamos o objeto de estudos da psicanálise, o inconsciente, e decorrente desse novo objeto, como se

¹² Outras traduções foram utilizadas para dirimir dúvidas em alguns trechos, em especial a tradução para o português de Jaime Salomão publicada pela editora Imago.

pode compreender o sujeito. A partir desta circunscrição dos domínios psicanalíticos, apresentamos nosso tema de estudos: a noção de vocação e escolha profissional. Apontamos a especificidade de discutir a escolha numa abordagem implicada com determinações para além daquelas dispostas pela consciência. No segundo capítulo discutimos os conceitos psicanalíticos principais que, segundo Torres (2001), estariam na base do processo de escolha profissional. Sistematizamos os conceitos de objeto, escolha, identificação e sobredeterminação numa perspectiva metapsicológica, tal qual preconizado por Freud (1915c/2010, v. 12). Assim, abordamos os conceitos supracitados, na medida do possível, em seus aspectos tópico, econômico e dinâmico. Além dos quatro conceitos listados por Torres, apontamos as noções de ideal do Eu e Supereu como estando imbricados com o processo de escolha profissional e, mais especificamente, com o que chamamos de vocação. Ao final do segundo capítulo empreendemos dar contornos mais nítidos ao nosso entendimento sobre quais processos intrapsíquicos estariam na base do que chamamos de vocação e delineamos uma proposta de compreensão do que seja a vocação e como ela se processa intrapsiquicamente. No terceiro capítulo apontamos para discussões posteriores à proposta freudiana de constituição do psiquismo, assim destacamos a transmissão psíquica entre gerações como elemento a considerar também com referência à vocação e à escolha profissional/ocupacional. Primeiramente ancoraremos a discussão sobre a transmissão psíquica geracional na obra freudiana, esclareceremos a compreensão de autores como Berenstein (1988), Eiguer (1985, 1998) e Kaës (1998, 2001) a respeito de como se processa tal transmissão. A partir destes assentamentos, a vocação é pensada como estando calcada em registros inconscientes provenientes de figuras para além de pai e mãe, conforme a configuração edipiana clássica, mas arrastando-se aos determinantes forjados por figuras ancestrais. Na conclusão retomamos as principais hipóteses apresentadas em nossa discussão e apontamos para a complexidade de tratar sobre a escolha profissional em razão de não estar ancorada apenas em demandas inconscientes, mas em todo um contexto histórico, social e econômico.

1 ALICERCES PSICANALÍTICOS, OU ALGUNS FUNDAMENTOS DA PSICANÁLISE QUE SUBSIDIAM NOSSAS DISCUSSÕES

Pensamos que para discutir um tema relativo às escolhas, termo este que pode ser relacionado, usualmente, a aspectos plenamente conscientes, teremos, primeiramente, que apresentar nossa compreensão dos domínios do campo de estudos a que nos propomos, a saber, a psicanálise. Destarte, neste capítulo nos ocuparemos de que espécie de aporte ao estudo dos processos psíquicos se trataria a psicanálise, do objeto de estudo da psicanálise e, decorrente deste objeto, que sujeito podemos pensar para a psicanálise.

A psicanálise se insere em um dos projetos de psicologia, mas não na proposta das psicologias clássicas que teriam assentamento em processos conscientes¹³. Assim, a psicanálise não se trata de uma psicologia, mas de uma metapsicologia. Se ela não se ocupa mais dos processos conscientes como designando a totalidade do psíquico, que objeto de estudos essa área do saber terá? Decorrente desse novo objeto, qual seria o sujeito ao qual a psicanálise se dedicará? Que subsídios teóricos temos para balizar as discussões dos processos psíquicos? Estes são os motes que nortearão este capítulo.

1.1 O SUJEITO DESCENTRALIZADO DA PSICANÁLISE

As consequências da descoberta freudiana (...) colidem com a concepção do real-material inteiramente submetido a uma organização racional e com a concepção do psiquismo humano – e dos processos de apreensão do real – limitados à consciência racional. (Carlos Alberto Plastino¹⁴)

Nesta seção, visamos a compreensão do sujeito em um enfoque psicanalítico freudiano. Dentro do escopo dos projetos de psicologia vigentes na época dos estudos de Freud, temos de considerar que a psicanálise contribuiu para a instauração de outra perspectiva e entendimento do sujeito, não mais unificada e centrada na razão, mas em algo

¹³ Não temos a pretensão, dentro do escopo deste trabalho, de discutir os projetos de psicologia e as psicologias clássicas. Apenas as citamos para dar ao leitor a dimensão da especificidade da psicanálise, inserindo-a como um campo novo do saber a respeito do psiquismo humano. Para mais esclarecimentos sobre os projetos de psicologia, indicamos as obras de Luiz Cláudio Figueiredo *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação (1500-1900)* e *Matrizes do pensamento psicológico*, e de Luiz Cláudio Figueiredo e Pedro Luiz Ribeiro de Santi a obra *Psicologia: uma (nova) introdução*.

¹⁴ PLASTINO (2006, p. 437) em texto denominado *O quinto rombo: a psicanálise*.

diverso. Retrocederemos aos achados inaugurais da psicanálise para localizar a diversidade de sua proposta de compreensão do âmbito psicológico.

Freud principia seus estudos com a histeria, pela falta de instrumental neurológico para tratar o sofrimento destes pacientes, haja vista a impossibilidade de identificar lesões orgânicas nestes quadros. Conclui que a lesão não seria da ordem do orgânico, mas relacionada a uma ideia (a uma representação intrapsíquica) relativa a uma parte do corpo. Freud acaba por romper com a clássica distinção entre mente e corpo. Assim, toda a sintomatologia que estes pacientes apresentavam passa a ser compreendida como a resultante de uma dinâmica psíquica composta por conflito, repressão do conteúdo conflituoso (o que significa dizer seu banimento do campo da consciência para domínios inconscientes e não o cancelamento do referido conteúdo) e retorno do conteúdo reprimido sob a forma de sintoma. O sintoma seria uma formação do inconsciente (assim como o sonho, o ato falho, o chiste) que retorna à esfera consciente sob disfarce, deformado, para que não seja conhecido o desejo subjacente ao conteúdo (FIGUEIREDO; SANTI, 2008; FREUD, 1915c/2010, v. 12; HONDA, 2010).

O trabalho publicado em 1900 por Freud, *A interpretação dos sonhos*, considerada a obra inaugural da psicanálise, entende os sonhos como emanando da mesma fonte que os sintomas histéricos: processos psíquicos inconscientes. Em publicações de Freud datadas de 1901 e 1905, de maneira análoga, são remetidos à mesma origem os atos falhos e os chistes (FREUD, 1900/2004, v. 4; 1901/1991, v. 6; 1905/1991, v. 8).

[...] a exigência de um novo projeto científico justifica-se pela inexistência de conhecimento psicológico sobre esses fenômenos. Compreende-se, assim que, desde a origem, o esforço de Freud é voltado para a criação de uma teoria psicológica nova, capaz de explicar não apenas a histeria e os múltiplos sintomas neuróticos, mas também os fenômenos psíquicos normais, como os sonhos, além das produções artísticas e culturais. Daí a afirmação de que psicanálise é o nome de uma nova disciplina científica. Pelas palavras de Freud, parece igualmente evidente que a malha conceitual que fundamenta o edifício da psicanálise – a metapsicologia – só pôde ser forjada de modo inferencial, mediante a análise dos fatos clínicos e a derivação de hipóteses teóricas e a construção de conceitos capazes de proporcionar a apreensão da realidade psíquica inconsciente (HONDA, 2010, p. 89).

Destarte, como um novo objeto é definido – o inconsciente - justifica-se a criação de uma nova disciplina: a psicanálise. O estudo das determinações inconscientes é a particularidade [e também onde reside as grandes dificuldades do projeto de psicologia científica] da psicologia das profundidades. Se os demais projetos de psicologia focam no estudo dos aspectos conscientes (o que não significa dizer que desconsiderem os aspectos

inconscientes), a psicanálise inaugura um novo campo (FIGUEIREDO & SANTI, 2008, FREUD, 1915c/2010, v. 12).

Freud (1940[1938]/1991, v. 23, p. 285) afirma que a psicanálise contradiz

[...] la igualación de lo psíquico con lo consciente. No; la condición de consciente no puede ser la esencia de lo psíquico, sólo es una cualidad suya, y añadidura una cualidad inconstante, más a menudo ausente que presente. Lo psíquico en sí, cualquiera que sea su naturaleza, es inconsciente [...]

Ao declarar que a consciência é inconstante, ou como apresentado no texto de 1923, *O eu e o id*, transitória, fica patente que segundo as teses freudianas o psíquico não pode ser igualado à consciência, pois tal implicaria em momentos nos quais o psiquismo não estaria presente, o que não nos parece uma tese plausível. Mas, ao atrelar a essência do psíquico ao inconsciente, uma descontinuidade no psíquico, na subjetividade, não pode ser concebida. Em outras palavras, os aspectos inconscientes estão sempre presentes, apesar de indisponíveis à consciência, em contraposição à transitoriedade da qualidade de ser consciente.

De acordo com Birman (2003, p. 15-16), Freud constituiu um novo campo de saber – a psicanálise – com a formulação de “novos pressupostos sobre a subjetividade”. Nos termos de Bastos (2001, s/p),

Freud não só rompeu com a psicologia da consciência, lançando as bases de uma teoria do sujeito, [...] como também desbancou a pretensão de que o Homem era senhor absoluto de seu pensamento, o qual, equivocadamente, pensava-se apenas racional e autônomo. [...] existimos e somos comandados por uma outra ordem: a ordem do inconsciente. [...] Freud veio destruir nossa ilusão de que a consciência constitui o centro de nós mesmos.

Figueiredo e Santi (2008) corroboram esta leitura da psicanálise e assim apresentam o pensamento freudiano sobre a questão da subjetividade:

[...] a concepção de que a subjetividade humana é cindida e incompleta, de que o “eu” não é a totalidade nem o centro do psiquismo pode ser original, sobretudo porque a idéia de que o “eu” não é o centro não é substituída pela crença de que “outra coisa” seja o centro. Em Freud não há lugar para se pensar num *self*, num “eu” verdadeiro ou numa natureza íntima. Não há um centro do inconsciente (FIGUEIREDO; SANTI, 2008, p. 85).

Em acordo com esta abordagem, Bastos (2001) destaca que para a psicanálise o Eu não é centrado em sua consciência, ele é descentrado. Mas não há possibilidade de colocar algo outro como centro, pois o inconsciente seria uma estrutura que tampouco possui um centro.

A propósito da noção de sujeito, temos de considerar que, como destaca Birman (2003), em psicanálise há uma diferença radical da noção proposta pela filosofia, bem como nas abordagens psicológicas vigentes na época do fundador da psicanálise. Nos termos do autor,

[...] a filosofia do sujeito foi questionada pela psicanálise de maneira precisa, na medida em que para ela o sujeito estaria sempre inscrito no campo da consciência e se enunciava no registro do eu, enquanto a psicanálise formulou o *descentramento* do sujeito em ambos os registros citados [da consciência e do eu] (BIRMAN, 2003, p. 08, grifo no original).

Como vimos a respeito dos pacientes histéricos, Freud propunha-se a deslindar o que subjazia à experiência imediata, no caso, o sintoma apresentado. Se se compreendia que o sintoma vivenciado no aqui-agora tinha causação desconhecida pelo paciente em virtude dos liames haverem sido banidos da consciência pelo mecanismo de repressão, fazia-se necessário empreender esforços para o restabelecimento de tais liames. Parece-nos claro que o pressuposto freudiano de voltar-se para o estudo de algo com sentido oculto que se manifestava não apenas no psiquismo, mas também no corpo (como nas histerias de conversão), encerra um paradigma no qual a consciência, detentora da noção de si e, portanto, do acesso ao corpo, não pode ser tida como o todo do psíquico.

Se a premissa freudiana era da existência de um psiquismo com processos subjacentes aos que se dariam na consciência, havendo fenômenos que escapariam a qualidade de ser consciente (como fica patente ao trabalhar com pacientes histéricos), a hipótese da existência do inconsciente torna-se necessária (FREUD, 1915c/2010, v. 12). Ocorre, então, uma mudança em relação ao paradigma apresentado pelas psicologias. “A concepção psicanalítica de que existiria um psiquismo inconsciente e que a subjetividade transcenderia em muito os registros do eu e da consciência, implicou efetivamente no descentramento do sujeito” (BIRMAN, 2003, p. 55).

Birman (2003) declara que a terceira grande ferida narcísica¹⁵ que a psicanálise representou para a humanidade teria ocorrido pelo retirar do último ponto de convergência de sua supremacia e arrogância: a soberania do eu. Ao deslocar a soberania da consciência no psiquismo para os processos inconscientes, a realidade psíquica passa a ser regulada pelo registro inconsciente e pela pulsão. Desta forma, o autor destaca que o descentramento do sujeito realizado ao longo da construção teórica freudiana teria de ser pensada em três sentidos que se condensam: 1) da consciência para o inconsciente; 2) do eu para o outro; 3) da consciência, do eu e do inconsciente para as pulsões.

No primeiro sentido, como dissemos anteriormente, a consciência perdeu seu papel de destaque e foi relativizada em relação à consciência. Em se tratando dos momentos inaugurais

¹⁵ As outras duas feridas narcísicas seriam a revolução copernicana na cosmologia, que retirou a Terra como centro do universo, e a revolução darwiniana na biologia, que rebaixou o homem de sua situação privilegiada de ser criado ‘à imagem e semelhança de Deus’ e o colocou na mesma esteira das demais espécies animais, fruto de um processo evolucionário das espécies.

da psicanálise, estamos na vigência da primeira topologia, segundo a qual o psiquismo dividia-se em três sistemas: consciente, pré-consciente e inconsciente. Neste momento das formulações, o eu ainda mantém-se como a instância soberana no psiquismo, com função cognitiva, com racionalidade preservada, discriminando entre as representações inconscientes (as representações-coisa) e as pré-conscientes/conscientes (as representações-palavra), seria dessexualizado e seria regulado pelo princípio de realidade (em contraposição ao princípio do prazer que regularia os processos inconscientes). Também estamos na vigência do primeiro dualismo pulsional, no qual a oposição dar-se-ia entre as pulsões de autoconservação – ou pulsões do eu - e as pulsões sexuais – ou pulsões do objeto (BIRMAN, 2003; FREUD, 1914/2010, v. 12; 1915c/2010, v. 12).

Com relação ao segundo sentido – do eu para o outro – a questão residiria não mais apenas no questionamento da consciência, mas na manutenção do eu como pólo referencial do sujeito. O ponto nodal, de acordo com Birman (2003), teria sido as postulações apresentadas no texto *Introdução ao Narcisismo*, publicado em 1914. Neste texto, o eu passou a ser concebido também como sexualizado, na medida que poderia ser tomado como objeto. “Não existiria mais aqui, para Freud, as pulsões de autoconservação sustentada pelos interesses vitais, já que agora as pulsões do eu seriam *também* sexuais” (BIRMAN, 2003, p. 66-67, grifo nosso). Isto implica que o eu também poderia ser investido por libido. Como, agora, considerar o eu como racional e haver transparência nas operações cognitivas por ele realizadas se esse eu também estaria exposto às exigências eróticas, oriundas de esferas inconscientes? Esse eu deixa de ser originário no psiquismo para ser derivado de investimentos no outro, em objetos. No princípio da vida haveria uma fragmentação – o eu não poderia ser entendido enquanto uma instância unificada. De ora em diante, pelas teses freudianas haveriam dois objetos a investir: o eu e o outro. Assim, “[...] a subjetividade estaria sempre polarizada entre o eu e o outro” (BIRMAN, 2003, p. 67). A princípio pelo outro inicialmente fundante do psiquismo – o agente prestativo - e em seguida pelo outro do Édipo, internalizado via processos identificatórios com as figuras parentais, forjando uma subestrutura, o ideal do eu (FREUD, 1895/1995; 1914/2010, v. 12; 1923b/2011, v. 16; 1933/2010, v. 18). “Com essa outra modalidade de descentramento, portanto, o eu se constituiria a partir do outro, não estando mais na origem, já que seria forjado por derivação, marcado para sempre pelas incidências do outro” (BIRMAN, 2003, p. 67-68). O outro estaria

perpetuamente inscrito no psiquismo sob a forma de uma partição do eu: o ideal do eu/supereu¹⁶.

Com o terceiro sentido do descentramento do sujeito proposto por Birman (2003, p. 71) - da consciência, do eu e do inconsciente para as pulsões – entendemos “[...] o psiquismo como sendo movido por um confronto interminável de forças”. Em *Os instintos e seus destinos*, de 1915, Freud (1915a/2010, v. 12) esclarece que a pulsão [instinto] é uma força constante que provém do interior do organismo. Se no princípio das formulações freudianas o confronto se daria entre as pulsões de autoconservação e as pulsões sexuais, com o advento da tese do narcisismo (de um investimento libidinal do eu) esse dualismo tem de ser abdicado em prol de outro. A partir de 1920, com o texto *Além do princípio de prazer*, Freud (1920/2010, v. 14) apresenta uma segunda postulação para o dualismo pulsional: pulsão de vida e pulsão de morte. A primeira tenderia a reunir os processos vitais e eróticos, impelir à formação de grupos, em suma, concorreria para a manutenção da vida. Já a pulsão de morte visaria a destruição, portanto, a conduzir à morte (BIRMAN, 2003; FREUD, 1920/2010, v. 14; 1930/2010, v. 18).

Um aspecto não apontado por Birman (2003), mas que, cremos, merece destaque é que a partir da formulação de uma Segunda Topologia, apresentada por Freud (1923b/2011, v. 16) no texto *O eu e o id*, o eu é considerado um vassalo, tendo de haver-se com três senhores: o isso [id], o supereu e o meio externo. Isto implica em um eu que tem de promover manobras a fim de atender a demandas oriundas de três frentes diversas, cada qual com suas especificidades que inviabilizam a consecução das demandas das demais. Esse eu sujeitado, não mais senhor de seus próprios ditames, podemos pensar como sendo outro sentido para o descentramento do sujeito. Se já foram apontados os descentramentos referentes ao isso e ao supereu, as demandas do meio externo com a imposição da realidade concreta e de normas ainda não havia sido considerada, ou, ao menos, havia ficado em plano de fundo quando tratou-se da internalização do objeto, o funcionamento do eu pelo princípio de realidade e a internalização das normas sociais pela aquisição de um supereu no aparato anímico. Essas são questões a serem tratadas em capítulo posterior.

¹⁶ No texto *O eu e o id*, de 1923, Freud utiliza os termos ideal do eu e supereu como equivalentes. Em *A dissecação da personalidade psíquica*, das Novas Conferências Introdutórias, datada de 1933, Freud retoma a antiga distinção apontada em 1914 colocando como uma das funções atribuídas ao supereu manter o ideal do eu.

1.2 O INCONSCIENTE: UM NOVO OBJETO PARA UM NOVO CAMPO DO SABER

Nesta seção, não temos o intuito de fazer uma retomada histórica do conceito de inconsciente na obra de Sigmund Freud. Outrossim, objetivamos acompanhar a argumentação do autor sobre a hipótese do inconsciente, pois esta compõe o ponto de viragem na história do estudo dos eventos mentais, para uma teoria que aplica um novo objeto de estudo para a psicologia, o deslocar a essência do psíquico da consciência para o inconsciente. Estes elementos nos serão úteis para a compreensão de capítulos posteriores, nos quais teremos de apresentar, por exemplo, as teses sobre escolha. O termo escolha, usualmente, nos remete a processos conscientes. Seria esta a concepção psicanalítica do termo? Estariam os processos inconscientes relacionados à escolha? Que processos psíquicos seriam estes? Como seria seu funcionamento? Estas e algumas outras questões pertinentes aos próximos capítulos começam a ser delineadas aqui, ao buscarmos desvelar o objeto de estudo da psicanálise: o inconsciente.

Freud (1915c/2010, v. 12) dedica uma obra a este tema. Anteriormente a esta publicação, é evidente ao leitor do autor, que o tema do inconsciente já havia sido tratado no decorrer da obra de até então, pois toda a construção teórica vigente relativa à psicopatologia, aos sonhos, aos atos falhos, aos chistes, à literatura, à constituição da civilização estava assentada na hipótese do inconsciente. Inclusive, em 1912, Freud discutira o conceito na obra *Algumas observações sobre o conceito de inconsciente na psicanálise*. E, muito antes deste, o capítulo 7 de *A interpretação dos sonhos* já trazia a noção de inconsciente como central para a discussão psicanalítica.

Para darmos os contornos desta seção dedicada à noção de inconsciente, acompanharemos as argumentações de Freud (1915c/2010, v. 12) apresentadas no texto *O inconsciente*. Advertimos que faremos uma exposição das teses freudianas de maneira rente às discussões do autor no referido artigo metapsicológico e que estas serão interpoladas com conteúdos extraídos de outras obras do autor que tratam do tema, bem como com discussões oriundas de comentadores da obra freudiana.

O texto *O inconsciente* foi publicado subsequentemente à obra *A repressão*, também datada de 1915. Ambos os textos compõem parte dos Ensaio de Metapsicologia, aos quais Freud se dedicava naquele período. Em razão dessa cronologia na obra, parece-nos lógico que Freud (1915c/2010, v. 12) principie a redação de *O inconsciente* relacionando a noção de repressão à esfera inconsciente. O autor esclarece que a essência da repressão estaria em impedir que a ideia que representa uma pulsão [instinto] adentre à consciência. Isto implicaria

em manter este conteúdo afastado da consciência. Usando os termos do autor, “Tudo que é reprimido tem de permanecer inconsciente[...]” (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 100). Mas, o ponto que o autor destaca a seguir, aponta para o inconsciente como algo mais amplo que os conteúdos reprimidos. O autor continua, “[...] o reprimido não cobre tudo que é inconsciente. O inconsciente tem o âmbito maior; o reprimido é uma parte do inconsciente” (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 100). Fica-nos claro que a obra em questão versará sobre essa abrangência que teria o inconsciente e, não apenas, aquilo que compõe uma parcela, o reprimido.

Freud (1915c/2010, v. 12) levanta a seguinte questão: como alcançar o conhecimento do inconsciente? Ora, poderíamos justificadamente inquirir, se os conteúdos ali alocados estão fora do âmbito da consciência, como poderemos ter acesso a eles? Freud deixa claro que é apenas quando um conteúdo está à disposição da consciência que podemos conhecê-lo. Então, como se daria o conhecimento do que está no inconsciente? O autor nos dá a resposta: “É claro que o conhecemos [o conhecimento do inconsciente] apenas enquanto consciente, depois que experimentou uma *transposição* ou *tradução* em algo consciente” (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 100-101, grifo nosso). O autor declara que este processo de transposição ou tradução de conteúdos inconscientes em conscientes é encontrado no trabalho psicanalítico, no qual o analisando, pelo superar de resistências converte um material outrora reprimido em material acessível à consciência¹⁷.

1.2.1 Justificativa da necessidade e legitimidade do inconsciente

A primeira seção do texto *O inconsciente*, Freud (1915c/2010, v. 12) dedica a justificar a hipótese do inconsciente. Declara que “[...] a suposição do inconsciente é *necessária e legítima*, e que possuímos várias *provas* da existência do inconsciente” (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 101, grifo do autor). Vejamos como o autor explicita a necessidade da hipótese do inconsciente.

A primeira argumentação elencada para a necessidade da suposição do inconsciente é a lacunaridade da consciência. Freud (1915c/2010, v. 12) aponta que as ações falhas, os sonhos, os sintomas e os atos obsessivos testificam as lacunas do consciente de modo que

¹⁷ O que nomeamos como vocação, base da escolha profissional, parece-nos uma espécie de tradução de conteúdos proscritos que pode ascender à consciência sob a forma de sub-rogado.

estes eventos necessitam, para seu esclarecimento, de outros atos que não podem ser acessados pela consciência. Assim, haveria de se buscar a explicação para tais ações em lugar distinto da consciência, ou seja, teríamos de considerar a existência de uma esfera psíquica que fugiria a qualidade de ser consciente (FREUD, 1912b/2010, v. 10; 1915c/2010, v. 12; 1940[1938]/1991, v. 23).

Todos esses atos conscientes [atos falhos, sonhos, sintomas, atos obsessivos] permanecem desconexos e incompreensíveis se insistimos na pretensão de que através da consciência experimentamos tudo o que nos sucede em matéria de atos psíquicos, mas se inscrevem numa coerência demonstrável se neles interpolamos os atos inconscientes inferidos. Um ganho em sentido e coerência é motivo plenamente justificado para irmos além da experiência imediata. [...] é uma *pretensão insustentável* exigir que tudo o que sucede na psique teria de se tornar conhecido também para a consciência (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 101-102, grifo do autor).

A justificativa da necessidade da interpolação de processos inconscientes para a compreensão de atos aparentemente incoerentes à consciência parece, ao autor, provocar um ganho em sentido para execução da referida ação. Poderíamos pensar, amparados nas teses do autor, que a consideração de atos incoerentes, inexplicáveis com os argumentos disponíveis apenas à consciência, seria um ponto nevrálgico para a declaração de igualdade entre psíquico e consciente. Vemos aqui a mudança de um paradigma. Se os processos psíquicos eram equiparados à consciência, Freud (1912b/2010, v. 10; 1915c/2010, v. 12; 1940[1938]/1991, v. 23) forja um novo campo de estudos, com novo objeto.

A consciência, como disse Freud inúmeras vezes, é lacunar, no sentido de que não contém todos os elementos para a explicação dos fenômenos que aí ocorrem: estes últimos, além de corresponderem a apenas uma parte do psíquico, apresentam-se como determinados por processos inconscientes e, muitas vezes – sobretudo no caso das manifestações psicopatológicas, mas não apenas nelas -, só podem ser compreendidos levando-se em conta essa determinação. Uma psicologia que lidasse apenas com a consciência não poderia, assim, explicar uma série de manifestações psíquicas, tais como os sintomas neuróticos, os sonhos e os atos falhos, pois a compreensão destes não poderia prescindir da referência ao inconsciente (CAROPRESO & SIMANKE, 2009, p. 107).

Outra argumentação freudiana a respeito da necessidade de inferir o inconsciente é a quantidade mínima de conteúdos disponíveis à consciência em dado momento. Isto implicaria em que parte do que seria conhecimento consciente teria de estar indisponível à consciência em determinado momento. Nas palavras de Freud (1915c/2010, v. 12, p. 102), “[...] a maior parte do que denominamos conhecimento consciente deve, de qualquer maneira, achar-se em estado de latência por longos períodos de tempo, ou seja, em um estado de inconsciência psíquica”. Deste modo, para se poder contradizer a existência do inconsciente, teríamos que

abdicar de todo o conhecimento, todos os conteúdos das lembranças que, é evidente, não estariam a disposição da consciência em parcelas consideráveis de tempo.

Uma ideia [*Vorstellung*] – ou qualquer outro elemento psíquico – pode estar agora *presente* na minha consciência e *desaparecer* no momento seguinte; pode novamente retornar, após um intervalo de tempo, e isso, como dizemos, a partir de lembranças, não em consequência de uma nova percepção sensorial. Para levar em conta esse fato, vimo-nos obrigados a supor que a ideia estava presente em nosso espírito também durante o intervalo, ainda que permanecesse latente na consciência (FREUD, 1912b/2010, v. 10, p. 257, grifo do autor).

Ao partir na noção de lembranças que podem ser resgatadas de um processo de latência ou, se se preferir, de esferas inconscientes, mais uma vez Freud alerta para as dificuldades da equiparação do consciente ao psíquico. Vai ficando cada vez mais delineado o porquê do autor declarar a necessidade de suposição do inconsciente, visto a impossibilidade, para Freud, de equivaler o psíquico ao consciente (FREUD, 1912b/2010, v. 10; 1915c/2010, v. 12; 1940[1938]/1991, v. 23).

[...] a identificação convencional entre o psíquico e o consciente é totalmente inadequada. Ela rompe as continuidades psíquicas, nos precipita nas insolúveis dificuldades do paralelismo psicofísico, fica aberta à crítica de superestimar sem fundamentação razoável o papel da consciência, e nos obriga a deixar o âmbito da pesquisa psicológica, sem nos trazer compensação de outros campos (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 103).

A contestação de que todos os processos psíquicos devem ser atrelados à consciência fica então evidenciada. E, se se tem estados psíquicos que se diferenciam dos conscientes pela ausência da consciência, Freud (1915c/2010, v. 12, p. 104) aponta que se deve “[...] tratá-los como objetos da investigação psicológica, em íntima relação com os atos anímicos conscientes”. Assim, Freud encerra as justificativas para a necessidade da suposição do inconsciente. A partir deste ponto, o autor discutirá a legitimidade de tal inferência.

Freud (1915c/2010, v. 12) passa a apresentar os motivos pelos quais a suposição de um inconsciente seja legítima. Declara que para adotar a hipótese do inconsciente à maneira de pensar habitual e tida por correta é mantida. Segundo a concepção do autor, a consciência proporcionaria o conhecimento dos estados psíquicos de cada indivíduo. Assim sendo, atribuir consciência a outro indivíduo seria uma analogia que seria baseada “[...] nas manifestações e atos que percebemos desse outro, para nos tornar compreensível o seu comportamento” (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 104-105). Portanto, o autor conclui que trata-se de uma inferência supor que outro indivíduo possua uma consciência, isto porque não se pode apresentar certeza tal qual se possui da nossa própria consciência. O autor argumenta

que, partindo do declarado ‘método de inferência’¹⁸, se teria que atribuir a outro aquilo que não se reconhece em si mesmo em termos de vida psíquica. Isto conduziria a pensar numa consciência da qual nada se sabe, ou, uma consciência inconsciente. Mais que isso, se teria de pensar em uma segunda, terceira e quarta consciências, as quais nada sabem uma da outra. Outra argumentação é de que esses processos dos quais nada se sabe, que chamaremos, juntamente com Freud, de latentes, possuem características que contrariam o funcionamento da consciência. Conclui Freud (1915c/2010, v. 12, p. 107) que: “Assim teremos razão para modificar a inferência sobre nossa própria pessoa: ela não demonstra uma segunda consciência em nós, mas sim a existência de atos psíquicos privados de consciência”. Deste modo, o autor declara a suposição de processos psíquicos inconscientes.

Vemos que Freud (1915c/2010, v. 12) discute a suposição do inconsciente a partir da consideração de que a consciência é lacunar, ou seja, não contínua. Se considerarmos que o psíquico é constituído exclusivamente por processos conscientes teríamos de aceitar que haveria a interrupção do psiquismo em dados momentos. Tal não poderia ser a concepção psicanalítica, que mesmo no período do sono deslinda processos psíquicos atuantes, os quais não podem ser tidos como conscientes. Mais ainda, a ocorrência de atos que não podem ser explicados pela consciência, poderia indicar a existência de processos anímicos que escapariam à consciência. Fica legitimada a rejeição de Freud de que a consciência seja a totalidade do psíquico.

Na segunda seção do texto *O inconsciente*, Freud (1915c/2010, v. 12) discute os sentidos empregados para o termo inconsciente bem como o ponto de vista topológico. No item a seguir trataremos dos sentidos de inconsciente e em item subsequente discutiremos a topologia.

1.2.2 Os sentidos do termo inconsciente

Freud (1915c/2010, v. 12, p. 108) principia a segunda seção do texto *O inconsciente* destacando que “[...] a inconsciência é apenas um traço distintivo do psíquico, que de modo

¹⁸ Na tradução de Paulo Cezar de Souza para as Obras Completas de Sigmund Freud, em nota de rodapé, destaca-se que o termo método de inferência pode ser vertido de maneiras distintas nas diversas traduções, visto admitir mais de uma versão. Citaremos as traduções encontradas pelo autor: *procedimiento deductivo*, *modo de razonamiento*, *tipo di inferenza*, *procédé d’inferénce*, *procédé de déduction*, *method of inference*, *processo of inference*.

algum basta para sua caracterização”. Isto implicaria em que apesar dos aspectos inconscientes serem altamente valorados para a psicanálise, de modo algum eles podem ser considerados a totalidade dos processos psíquicos. O que significa que os processos inconscientes não bastam para caracterizar o psíquico.

No texto *Algumas observações sobre o conceito de inconsciente*, Freud (1912b/2010, v. 10) propõe uma distinção, em termos descritivos, e este é o primeiro sentido dado ao termo pelo autor, entre consciente e inconsciente. Nas palavras de Freud (1912b/2010, v. 10, p. 258),

Vamos, então, chamar de “consciente” à ideia que se acha presente em nossa consciência e da qual nos apercebemos, e admitir apenas este sentido para o termo “consciente”; já as ideias latentes, se tivermos motivo para supor que existem na psique – como no caso da memória –, serão designadas com o termo “inconsciente”.

Uma ideia inconsciente, então, é uma ideia que não notamos, mas cuja existência estamos dispostos a aceitar, com base em outros indícios e provas.

Resumindo, o sentido descritivo do termo inconsciente refere-se a uma ideia estar indisponível à consciência, seja possível torná-la consciente em dado momento ou não. Caropreso e Simanke (2009, p. 100, grifo dos autores) descrevem o sentido descritivo da seguinte maneira:

O termo inconsciente seria usado em *sentido descritivo* para designar um fato psíquico que, mesmo não estando presente na consciência ou não sendo percebido conscientemente, continue presente na vida mental; em outras palavras, continue existindo enquanto algo psíquico. [...] na ausência da consciência, as representações podem preservar a sua condição de fatos psíquicos.

Vemos que este sentido delimita a existência de representações independentemente delas serem, ou não, objetos da consciência. Isto significa que, os fatos psíquicos têm de ser considerados como estando para além da qualidade de se tornarem conscientes.

Um segundo sentido do termo, o sentido dinâmico, é apresentado no texto *Algumas observações sobre o conceito de inconsciente*, publicado por Freud em 1912. Apesar do sentido dinâmico não ser nomeado na segunda seção do texto de 1915, ele encontra-se implícito na argumentação do autor. Neste sentido – o dinâmico – buscou-se compreender como uma ideia que não chegou a atingir a consciência em dado instante, pode produzir ação que, ao ser realizada, foi tomada como consciente.

Nesse *sentido dinâmico*, o termo inconsciente designaria pensamentos e representações que, apesar de intensidade e sua capacidade de ação eficiente, permaneceriam afastados da consciência, insuscetíveis de se tornarem conscientes (CAROPRESO & SIMANKE, 2009, p.101, grifo dos autores).

Nestes casos, a ideia subjacente ao ato não pôde atingir a consciência. Exemplos deste funcionamento podem ser obtidos da sugestão pós-hipnótica, dos sintomas histéricos bem como dos sintomas das demais neuroses, dos lapsos de linguagem, dos esquecimentos e dos

sonhos. Apresentar esta lista de exemplos da atuação do inconsciente indo de processos artificiais, como a sugestão pós-hipnótica, passando pela patologia ao discutir os sintomas, e atos corriqueiros em indivíduos considerados sãos, como os esquecimentos, as ações falhas e os sonhos, demarca a abrangência dos fenômenos inconscientes a diversas modalidades, bem como a distintas ‘classes’ de pessoas. O que fica evidenciado é uma universalidade de fenômenos nos quais uma ideia inconsciente tem a capacidade de produzir ação que é admitida na consciência, mesmo que os liames entre a ideia e o ato tenham sido rompidos (FREUD, 1912b/2010, v. 10; 1915c/2010, v. 12).

Parece-nos que a discussão a respeito do sentido dinâmico, ligando ideias e ações aparentemente desconexas entre si, abre as portas para a compreensão do terceiro sentido dado ao termo inconsciente em psicanálise.

No texto *O inconsciente*, Freud (1915c/2010, v. 12) amplia a distinção entre os processos inconscientes. Esta distinção principia a articulação que será processada como o sentido sistemático do termo inconsciente.

Por um lado, o inconsciente abrange atos que são apenas *latentes, temporariamente inconscientes*, mas que de resto *não se diferenciam* em nada dos conscientes, e, por outro lado, processos como os reprimidos, que, caso se tornassem conscientes, contrastariam da maneira mais crua com os restantes conscientes (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 108, grifo nosso).

Freud (1915c/2010, v. 12) começa a propor distinção entre processos latentes. Há aqueles capazes de atingir a consciência sem maiores empecilhos haja vista sua semelhança com os processos conscientes. Isto significa que apesar de estarem descritivamente inconscientes, estes atos são passíveis de atingirem a consciência. O autor contrasta a estes primeiros os conteúdos reprimidos que, se alcançarem a consciência, difeririam e, portanto, contrastariam com os demais conteúdos pertinentes a consciência. Interessante notar que o artigo metapsicológico imediatamente predecessor a este é *A repressão* e, ao esclarecer a distinção entre elementos latentes passíveis de alçarem consciência e aqueles soterrados pelo mecanismo de repressão, o Freud (1915b/2010, v. 12) utiliza-se dos elementos teóricos a eles pertinentes.

O ideal, para Freud (1915c/2010, v. 12), seria classificar os atos psíquicos em acordo com pulsões [instintos] e metas, sua composição e inclusão em sistemas e a posse de determinados atributos, e não no fato dos atos serem conscientes ou inconscientes¹⁹. Acontece que o autor declara que isto seria impraticável. Assim, não se poderia fugir da ambiguidade do

¹⁹ Seriam estas considerações um presságio para a elaboração de uma segunda teoria topológica do aparato anímico?

uso dos termos consciente e inconsciente, os quais poderiam ser utilizados ora num sentido descritivo, ora num sentido sistemático.

Deste modo, o autor apresenta o terceiro sentido do termo inconsciente. Entendido como um sistema, este teria de possuir características que o distinguíssem de outros sistemas. Podemos destacar, com Freud, que o funcionamento será diverso em cada sistema, ou em cada lugar psíquico.

Caropreso e Simanke (2009, p.101, grifo dos autores) assim esclarecem o desenvolvimento de um sentido sistemático para a noção de inconsciente.

A análise dos sonhos, sobretudo, teria mostrado que os processos mentais inconscientes e insuscetíveis de se tornarem conscientes seriam governados por leis diferentes daquelas que vigoram na consciência e estariam submetidos a outro regime de funcionamento mental, possuindo, portanto, propriedades diversas daquela da mente acessível à apreensão consciente. Isso exigiria que fossem considerados como pertencentes a uma categoria psíquica à parte – o que, na linguagem da tópica freudiana, significa considerá-los como ocorrendo numa outra região do aparelho psíquico. Essa constatação teria sido o que levou Freud a introduzir em sua teoria a hipótese de um *sistema* inconsciente e, com ela, um uso substantivo do conceito (*das Enbewusste*), com objetivo de estabelecer quais são as características peculiares aos processos psíquicos insuscetíveis de se tornarem conscientes, que fariam com que eles passassem a constituir um grupo psíquico distinto.

Dá-se, agora, amplitude à noção de inconsciente como uma espécie de estratificação no psiquismo, sendo o inconsciente o nível mais profundo do mesmo. Esboça-se, assim, uma topologia do psiquismo. Na seção subsequente buscaremos apresentar a compreensão freudiana da estratificação do psiquismo, ou seja, ao psiquismo que se processa em funcionamento de sistemas distintos entre si, mas, apesar da distinção, sistemas imbricados.

1.2.3 O ponto de vista topológico²⁰

Freud (1915c/2010, v. 12) deixa claro que não é possível prescindir da qualidade de ser consciente para estabelecer a diferenciação entre os sistemas que compõem o aparato anímico, visto que em tal diferenciação se baseia o ponto fundante das investigações psicanalíticas. É justamente na distinção entre algo que pode ou não atingir a consciência que se assenta a proposição de lugares psíquicos. O autor acata a sugestão de, ao referir-se ao

²⁰ Paulo Cezar de Souza (2010), em nota de rodapé, aponta que a tradução mais acertada para o termo alemão *Topik* seria topologia, e não o termo tópica por vezes utilizado.

sentido sistemático, nomear a consciência pela abreviatura *Cs* e a inconsciência pela abreviatura *Ics*.

Freud (1915c/2010, v. 12) passa a apresentar como se processaria a distinção entre os sistemas a partir da elucidação de como ocorreria um ato psíquico. Haveriam duas fases em relação ao estado de consciência e inconsciência, entre as quais ocorreria a censura. Na primeira fase do ato psíquico ele é inconsciente e é alocado no sistema *Ics*. Ao ser submetido ao exame da censura, pode ser que ele não esteja habilitado para a segunda fase, em outros termos, ele é rejeitado pela censura. Se isto ocorrer, o ato psíquico será reprimido e, portanto, permanecerá inconsciente. Mas, se ao ser submetido à censura ele for admitido para a entrada na segunda fase, poderá adentrar ao segundo sistema, o sistema *Cs*.

Aqui ainda mantém-se a distinção entre consciente e inconsciente, análoga ao sentido descritivo que discernia entre aquilo que estava disponível à consciência e aquilo que não estava disponível à consciência. Mas, novos esclarecimentos delinearão de maneira mais estrita o estado de um ato psíquico ser/estar inconsciente.

A segunda fase de um ato psíquico, como dissemos acima, é adentrar ao sistema *Cs*. Freud (1915c/2010, v. 12, p. 110) alerta que “[...] essa participação [no sistema *Cs*] não chega a determinar inequivocadamente a sua relação [do ato psíquico] com a consciência”. Adentrar ao segundo sistema – o *Cs* - não indica que um ato psíquico seja consciente, mas que ele é *capaz de consciência*²¹, o que significa que ele pode ser admitido como objeto da consciência sem maiores resistências, haja vista que já havia passado pelo crivo da censura. Por ser passível de consciência, Freud também chama o sistema *Cs* de *pré-consciente*. Se ocorrer uma nova interposição de censura entre o pré-consciente [capaz de consciência] e o consciente, faz-se justificado discriminar entre os sistemas *Pcs* e *Cs*. O autor afirma que o sistema *Pcs* possui as mesmas propriedades que o sistema *Cs* e que o papel crucial, rigoroso da censura se dá na fronteira do sistema *Ics* para o sistema *Cs*.

A diferença fundamental existente entre inconsciente e pré-consciente se definiria pelo fato de que, pela vontade, seria possível tornar imediatamente consciente algo presente no pré-consciente, enquanto tal não seria o caso no que se refere ao inconsciente (BIRMAN, 2003, p. 39).

À questão sobre a localização anatômica da topologia anímica, apesar de Freud (1915c/2010, v. 12, p. 112) considerar que as atividades psíquicas estejam mais vinculadas à função cerebral (do que a qualquer outro órgão), ele rejeita se referir à topologia como a localidades anatômicas, mas sim como a “regiões do aparelho psíquico”.

²¹ A expressão em itálico, *capaz de consciência*, foi mantida conforma grafada na tradução consultada. Nesta, após a expressão é indicado entre parênteses que a autoria da mesma pertence a J. Breuer.

A respeito dos registros das ideias constantes nos sistemas, Freud (1915c/2010, v. 12) aponta algumas dificuldades. Uma das possibilidades é de que ao ser transposta da primeira fase da ideia (*Ics*) para a segunda fase (*Cs*) um novo registro da ideia seria forjado nesta nova localidade. O autor afirma que esta hipótese é a mais grosseira e mais cômoda. A segunda hipótese seria de que ao transpor uma fase para a outra se daria uma mudança funcional. Freud pensa que apesar de ser uma hipótese menos plástica e mais difícil de manejar, esta seria a mais provável. A primeira suposição, de uma ideia existir em dois lugares (sistemas) simultaneamente, com a possibilidade de transitar de um lugar para outro, sem com isso perder seu primeiro registro (avançar do *Ics* para o *Cs*, sem, contudo, perder o registro no *Ics*), pode ser sustentado pelas impressões da prática psicanalítica. Freud (1915c/2010, v. 12, p. 113) assim descreve essa possibilidade na prática clínica:

Se comunicamos a um paciente uma ideia que ele reprimiu num dado momento e que descobrimos, num primeiro instante isso nada muda em seu estado psíquico. Principalmente, não suprime a repressão nem desfaz suas consequências, como talvez se esperasse do fato de a ideia antes inconsciente haver se tornado consciente. Pelo contrário, de início obteremos tão só uma nova rejeição da ideia reprimida. Mas agora o paciente tem de fato a mesma ideia em dupla forma, em lugares diferentes de seu aparelho psíquico: primeiro tem a lembrança consciente do traço auditivo da ideia, através da comunicação; e também traz consigo, como sabemos com certeza, a memória inconsciente do vivido, em sua forma anterior. Na realidade, a repressão não é suprimida enquanto a ideia consciente, após a superação das resistências, não entrou em ligação com o traço de memória inconsciente. Apenas tornando consciente esta última se alcança o êxito.

Freud (1915c/2010, v. 12) alerta que apesar da prática clínica parecer demonstrar que as ideias conscientes e inconscientes ocorreriam por registros distintos do mesmo teor, que seriam topologicamente separados, esta seria uma reflexão superficial e, quiçá, errônea²². Isto porque a lembrança do conteúdo de uma vivência reprimida e a comunicação feita ao paciente pelo analista são coisas de naturezas distintas, mesmo que possuam conteúdo de igual teor.

1.2.4 O mecanismo de Repressão: os afetos inconscientes, a topologia e a dinâmica da repressão

Na terceira seção do texto *O inconsciente*, Freud (1915c/2010, v. 12) discute a noção de sentimentos inconscientes. Apresenta a dificuldade em tratar de algo que seja,

²² Posteriormente outra hipótese sobre como se daria os registros da ideia nos distintos sistemas será apresentada.

ordinariamente, da ordem da percepção, portanto algo vinculado à consciência, como estando/sendo inconsciente.

A primeira demarcação que Freud (1915c/2010, v. 12) destaca é que a pulsão, em si, não pode adentrar à esfera da consciência, apenas a ideia que representa a pulsão. Também no inconsciente, a pulsão é representada pela ideia a ela vinculada. Assim, quando se fala em um impulso inconsciente ou reprimido, está se querendo referir a um impulso, ou moção, cujo representante ideacional esteja inconsciente. Isto porque, se a pulsão, em si mesma, só pode ser inconsciente, e o que é passível de consciência é a ideia atrelada a tal pulsão, só se poderia referir à ideia como não tendo adentrado à consciência, portanto, inconsciente.

Quanto aos sentimentos, Freud (1915c/2010, v. 12, p. 115) afirma: “[...] é da natureza de um sentimento que ele seja sentido, isto é, que se torne conhecido da consciência”. Como então pensar em sentimentos como amor, raiva, ódio etc. como inconscientes? Apesar de parecer um paradoxo, o autor destaca que na prática psicanalítica estes termos são geralmente empregados querendo significar, afetos que não puderam ser recebidos como tais na consciência. O autor esclarece que é possível que

[...] um impulso afetivo ou emocional seja percebido, mas de forma equivocada. Ele é obrigado, devido a repressão de sua verdadeira representação, a unir-se com outra ideia, e passa a ser tido, pela consciência, como manifestação dessa última. Se restabelecemos o vínculo correto, chamamos o impulso afetivo original de “inconsciente”, embora seu afeto jamais tenha sido inconsciente, apenas sua ideia sucumbiu a repressão (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 116).

Isto significa que a descarga qualitativa do afeto pode produzir-se na consciência, mas a ideia à qual tal afeto estaria originalmente ligado sofreu um processo de repressão, sendo separado da consciência. Então, se o afeto pode emergir na consciência, sua causa precipitante – a ideia – não. Freud (1915c/2010, v. 12) aponta que tratar de afetos inconscientes estaria relacionado a quais os destinos da quantidade dos impulsos, moções pulsionais seriam decorrentes da repressão. Seriam três os destinos do afeto em consequência da repressão: 1) o afeto não sofre transformação, continuando como é, no todo ou em parte; 2) o afeto sofre transformação qualitativa em algo outro, geralmente em angústia; 3) o desenvolvimento do afeto é interrompido, ou seja, o afeto é suprimido. Este terceiro destino do afeto, a supressão de seu desenvolvimento, seria o objetivo da repressão. Quando a supressão do afeto não é obtido pelo mecanismo de repressão, pode-se dizer que seu objetivo não pode ser concluído.

Ao diferenciar ideia inconsciente e afeto inconsciente, Freud (1915c/2010, v. 12) declara que a primeira, após a repressão, continua a existir no *Ics*, enquanto que o segundo seria uma possibilidade que não chegou a se desenvolver. Mais amiúde, a diferenciação entre

elas está na questão de investimento e descarga. Nos termos do autor, “Toda diferença vem de que ideias são investimentos – de traços mnemônicos, no fundo -, enquanto os afetos e sentimentos correspondem a processos de descarga, cujas expressões finais são percebidas como sensações” (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 117). Destarte, é possível a existência de ideias investidas no sistema *Ics*, mas não necessariamente se originarão sensações a partir destas, tudo dependerá do destino dado ao afeto correspondente a ideia.

Freud (1915c/2010, v. 12, p. 117), afirma que “[...] a repressão pode impedir que o impulso instintual se transforme em exteriorização de afeto”. Desta forma, podemos pensar que a repressão, além de apartar conteúdos da consciência, tem efeitos outros sobre este sistema. A repressão pode impedir o desenvolvimento do afeto bem como o desencadeamento da atividade muscular (que promove a ação), mesmo que seja o sistema *Cs* o responsável por controlar a motilidade e a afetividade. Freud dirá que quando o sistema *Cs* está de posse do controle da afetividade e da motilidade, então pode-se dizer que o estado psíquico do indivíduo é normal. Apesar de, dentro do que se chama normalidade, o sistema *Cs* ter um domínio mais firme da motilidade e da afetividade, Freud alerta que o que há, em geral, é uma luta entre os sistemas *Cs* e *Ics* pela governabilidade da afetividade, que há delimitações nas esferas de influência de cada sistema e que podem ocorrer misturas entre as forças operantes.

Na quarta seção de *O inconsciente*, Freud (1915c/2010, v. 12) continua a discutir o funcionamento do mecanismo de repressão. Em termos topológicos, o autor afirma que “[...] a repressão é, no essencial, um processo que se verifica em ideias na fronteira dos sistemas *Ics* e *Pcs* (*Cs*)” (p. 118-110, grifo no original). E em termos econômicos? Como se poderia pensar a repressão? Diz-nos o autor: “Deve se tratar de uma *retirada* de investimento [...]” (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 119, grifo do autor). Se a ideia reprimida, portanto pertencente ao sistema *Ics*, é capaz de ação, supõe-se que ela deve ter preservado o investimento. Então, o que foi retirado? Freud discute a repressão propriamente dita, ou “pós-repressão”. Nesta, é retirado o investimento (pré)consciente (pertencente ao sistema *Pcs*) da ideia. Neste caso, podem ocorrer três situações: a ideia permanece não investida, ou seja, o investimento pré-consciente é retirado da ideia; ou receberá investimento do *Ics*, em substituição ao investimento pré-consciente; ou mantém o investimento *Ics* que possuía anteriormente. Freud alerta que por essa suposição, tem-se de considerar que não ocorreria um novo registro da ideia nos diferentes sistemas, mas que se procedera uma modificação no estado, no investimento da ideia.

O esclarecimento a respeito do domínio sobre o investimento da ideia, não dá pistas sobre a razão de não haver nova penetração da ideia no sistema *Pcs*. Outro processo deve estar na base da manutenção da ideia reprimida em esferas inconscientes.

Temos aqui necessidade, então, de outro processo, que no primeiro caso [da repressão propriamente dita] sustente a repressão, e no segundo [da repressão primordial] cuide da sua produção e continuidade, e só podemos enxergá-lo na suposição de um *contrainvestimento*, através do qual o sistema *Pcs* se proteja do assalto da ideia inconsciente (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 120, grifo do autor).

Portanto, não basta alijar a ideia do sistema *Pcs*, é necessário que uma força a mantenha nos domínios inconscientes. Vemos, então, um interjogo de investimentos *Ics* e contrainvestimentos *Pcs* para manter a ideia em estado de repressão. Assim, para a manutenção da repressão faz-se necessário gastos quantitativos permanentes dos dois sistemas em questão²³.

1.2.5 As características distintivas do sistema *Ics*

As distinções entre os sistemas *Ics* e *Pcs/Cs* é o mote de estudos da quinta seção do texto *O inconsciente*. Freud (1915c/2010, v. 12) aponta que os sistemas possuem características diversas. O autor descreve o *Ics* como forjado por representantes pulsionais que tem como meta a descarga quantitativa, o desembaraçar-se da quantidade para obtenção de satisfação²⁴, ou seja, é constituído por impulsos desiderativos.

O âmago do *Ics* consiste de representantes instintuais que querem descarregar seu investimento, de impulsos de desejo, portanto. Esses impulsos instintuais são coordenados entre si, coexistem sem influência mútua, não contradizem uns aos outros. Quando dois impulsos de desejo são ativados ao mesmo tempo, e suas metas nos parecem claramente incompatíveis, os dois impulsos não subtraem algo um do outro ou eliminam um ao outro, mas concorrem para a formação de um objetivo intermediário, um compromisso (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 126-127, grifo do autor).

Podem (co)existir diversas moções pulsionais atuando no *Ics*. Por antagônicas que possam ser, se consideradas pelos pressupostos lógicos do sistema *Cs*, estando em domínios do sistema *Ics* estas moções não se contraporão entre si. Buscarão uma conciliação que

²³ Freud continua a discussão do mecanismo da repressão apresentando-a nos espectros da histeria de angústia, da histeria de conversão e da neurose obsessiva. Não apresentaremos esta discussão por ela extrapolar os limites deste trabalho.

²⁴ Lembramos que a meta {*ziel*} da pulsão, conforme apresentado por Freud (1915c/2010, v. 12), é sempre a satisfação.

permita a descarga de ambas, um compromisso. Aqui vemos a primeira característica do sistema *Ics* apresentada por Freud (1915c/2010, v. 12), a ausência de contradição.

Uma segunda característica apresentada é a inexistência de negação, de dúvida, portanto, de graus de certeza. Essas características são pertencentes ao sistema *Pcs* e são estabelecidas pelo trabalho de censura, o qual, já dissemos, ocorre na fronteira entre *Ics* e *Pcs*. A negação seria, para Freud (1915c/2010, v. 12), um substituto da repressão.

Os conteúdos que compõem o *Ics*, que como afirmamos acima seriam impulsos de desejo, são mais ou menos fortemente investidos. Apesar de haver um investimento nestes conteúdos, tem-se de considerar que a mobilidade dos investimentos é característica dos processos inconscientes. Dois mecanismos responsáveis por essa mobilidade quantitativa são elencados: o deslocamento e a condensação. “Pelo processo de *deslocamento* uma ideia pode ceder a outra todo seu montante de investimento, pelo de *condensação* pode acolher todo o investimento de várias outras” (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 127, grifo do autor). Este fluir de investimentos entre os conteúdos inconscientes, pressupõe a referida mobilidade quantitativa. Vê-se a atuação do processo psíquico primário, no qual ocorre a livre circulação de energia/ quantidade, podendo ser deslocada de uma ideia para outra ou condensada a quantidade proveniente de diversas ideias em uma outra. Em contraste com a energia livremente circulante característica do sistema *Ics*, no sistema *Pcs* vigora o processo psíquico secundário, no qual a energia é ligada, ou vinculada, e não pode circular livremente entre as distintas ideias/conteúdos que povoam este sistema.

Outra característica do sistema *Ics* é que seus processos são atemporais, o que significa que não há um ordenamento de eventos/conteúdos seguindo uma sequência cronológica. Se assim o são, a passagem do tempo não altera seus conteúdos. Isto porque a noção de tempo está relacionada ao sistema *Cs*²⁵, de modo que tudo que se refere ao *Ics* não pode desfrutar de tal noção (FREUD, 1915c/2010, v. 12).

A noção de realidade também não é considerada pelo sistema *Ics*. Os processos inconscientes são regidos pelo princípio do prazer, portanto, buscam sempre por descarga quantitativa objetivando a satisfação. A prova da realidade e o princípio de realidade são estabelecidos pelo sistema *Pcs* (FREUD, 1915c/2010, v. 12).

Vamos resumir: *ausência de contradição, processo primário* (mobilidade dos investimentos), *atemporalidade e substituição da realidade externa pela*

²⁵ Na página 128 do texto *O inconsciente*, Freud (1915c/2010) atribui a ordenação temporal ao sistema *Cs*, já na página 130 a atribuição é feita ao sistema *Pcs*. No mesmo parágrafo da página 130 em que Freud declara que a ordenação temporal é tarefa do sistema *Pcs*, ele afirma que neste momento a designação *Pcs* e *Cs* estava sendo utilizada indiferentemente.

psíquica são as características que podemos esperar encontrar nos processos do sistema *Ics* (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 128, grifo do autor).

Destacamos anteriormente que o acesso direto aos processos inconscientes não é possível. Temos de nos utilizar de vias indiretas para alcançar estes processos. Freud (1915c/2010, v. 12) aponta como vias para acesso ao inconscientes o estudo dos sonhos e das neuroses.

Os processos inconscientes tornam-se cognoscíveis para nós apenas nas condições dos sonhos e das neuroses, ou seja, quando processos do mais elevado sistema *Pcs* são transpostos para um estágio de rebaixamento (regressão). Em si eles são incognoscíveis, e também incapazes de existência, porque ao sistema *Ics* se sobrepõe bastante cedo o *Pcs*, que se apoderou do acesso à consciência e à motilidade. A descarga do sistema *Ics* passa para a inervação somática, levando ao desenvolvimento do afeto, mas, como vimos, mesmo essa via de escoamento é contestada pelo *Pcs* (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 128, grifo do autor).

Parece-nos mais claro o que leva a impossibilidade de acesso aos processos inconscientes sem as formações do inconsciente que penetram a consciência. O funcionamento dos sistemas é tão distinto, cada sistema tem peculiaridades tais que não possibilitam que, pela via da consciência, os processos inconscientes sejam apreendidos. Se o funcionamento do *Pcs* se dá via processos secundários, que visam barrar o livre escoamento quantitativo entre as ideias, característico dos processos primários pelos quais funciona o *Ics*, é-nos evidente que só serão aceitos na consciência, conteúdos que passaram por uma transformação nos processos de investimento, de livre escoamento quantitativo em quantidade vinculada/ ligada. Se só pode ser-nos cognoscível aquilo que atinge a consciência, teremos de buscar acesso ao funcionamento inconsciente por meio de processos que regrediram dos níveis de funcionamento mais elevado (do sistema *Pcs*) para níveis inferiores (ou poderíamos dizer mais precisamente, mais arcaicos) de funcionamento: de processos secundários para primários. Assim, as neuroses e os sonhos, figuram como possibilidades de acesso a conteúdos que povoam o inconsciente.

1.2.6 Processos de comunicação entre os sistemas

Freud (1915c/2010, v. 12) apresenta algumas das compreensões equivocadas a respeito da atuação do *Ics*. Começa a delinear que o sistema *Ics* não é algo terminado, ou apenas um sistema rudimentar/primordial (no sentido de algo embrionário), mas um sistema atuante e nem sempre contraposto ao sistema *Pcs*. Diz o autor:

Seria errado imaginar que o *Ics* permanece em repouso enquanto o trabalho psíquico é realizado pelo *Pcs*, que o *Ics* é algo acabado, um órgão rudimentar, um resíduo do desenvolvimento. Ou supor que a comunicação entre os dois sistemas se restringe ao ato da repressão, em que o *Pcs* lança ao abismo do *Ics* tudo o que lhe parece perturbador. O *Ics* é, isto sim, algo vivo e capaz de desenvolvimento, e mantém um bom número de outras relações com o *Pcs*, entre elas a de cooperação (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 131, grifo do autor).

As maneiras pelas quais o sistema *Ics* estabelece comunicação com seu sistema vizinho – o *Pcs* – é o tema da sexta seção do texto *O inconsciente*. Freud (1915c/2010, v. 12) destaca os derivados do *Ics*, os quais influencia e são influenciados pelo sistema *Pcs*. Essa influência recíproca entre os sistemas *Ics* e *Pcs* acaba por frustrar as tentativas de separação nítida entre eles. Vejamos quais seriam os derivados do *Ics* aos quais Freud se refere.

Existem derivados do *Ics* que possuem características opostas. Se por um lado são organizados e isentos de contradição, se utilizam das complexificações angariadas ao funcionamento psíquico pelo sistema *Cs*. Em contrapartida, são inconscientes, mais ainda, são incapazes de tornar-se conscientes. Freud (1915c/2010, v. 12, p. 132) descreve estes derivados como sendo pertencentes “[...] qualitativamente ao sistema *Pcs*, mas factualmente ao *Ics*”. Com isto o autor aponta que é sua origem, a procedência do derivado que determina o destino do mesmo. Se em termos qualitativos eles teriam características de um funcionamento *Pcs*, sua origem no sistema *Ics* os mantém nestes domínios, ou seja, os mantém afastados, impedidos de entrada na consciência.

Um derivado que apresenta estas características seriam as fantasias, tanto de indivíduos considerados normais como de neuróticos, que surgem como estágios preliminares na formação de sonhos e de sintomas neuróticos. Estas fantasias possuem alto grau de organização, portanto características do sistema *Pcs*, mas permanecem reprimidas, sem acesso à consciência, então pertencentes a domínios *Ics* (FREUD, 1915c/2010, v. 12).

Outro derivado *Ics* que possuem alto grau de organização são as formações substitutivas. Estas diferem das fantasias discutidas acima por adentrarem à consciência. Freud (1915c/2010, v. 12, p. 133) esclarece que o motivo dessa possibilidade de chegar à consciência dê-se em razão de uma circunstância que seja favorável a obtenção da qualidade de consciência, como por exemplo, “[...] a união a um contrainvestimento do *Pcs*”.

Quais seriam as condições para que um conteúdo ascenda à consciência? Como pensar a questão da censura? Para tentarmos dar caminho a estes questionamentos, retomemos algumas características da consciência. Iniciemos com uma fala de Freud (1915c/2010, v. 12, p. 133, grifo do autor).

Para a consciência, a inteira soma dos processos psíquicos aparece como reino do pré-consciente. Uma parte enorme desse pré-consciente se origina do inconsciente, tem o caráter dos derivados deste e submete-se a uma censura antes de poder se tornar consciente. Uma outra parte do *Pcs* é capaz de consciência, sem censura.

Tentemos destrinchar um pouco a afirmação do autor. O sistema *Cs* só pode ter acesso ao seu imediato vizinho, o sistema *Pcs*. Assim, a totalidade do que pode ascender à consciência tem de, necessariamente, ser acessível ao *Pcs*. Mesmo os conteúdos que tiveram sua origem no sistema *Ics*, só podem ser acessados pela consciência após haverem sido permitidos pela censura que separa *Ics* e *Pcs* – como é o caso dos conteúdos reprimidos -, passando a ser, portanto, conteúdos pertencentes ao sistema *Pcs*. Este é o caso dos derivados do *Ics*, sobre os quais discorreremos acima. Mas existem partes do sistema *Pcs* que podem adentrar à consciência sem necessidade de passar por um critério de censura.

A censura existente entre *Ics* e *Pcs* já havia sido discutida por Freud (1915c/2010, v. 12). Nesta altura de seus achados, o autor pensa que seja preciso incluir uma complicação à questão da censura. “Agora nos parece plausível uma censura entre *Pcs* e *Cs*” (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 133, grifo do autor). Destarte, acrescenta a suposição da existência de uma nova censura nos limiares de cada sistema, a qual permite ou impede a passagem de conteúdos de um sistema a outro. Isto significa que “[...] a cada progresso para um estágio mais elevado de organização psíquica, corresponde uma nova censura” (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 133).

Freud (1915c/2010, v. 12) volta a apontar que a qualidade de ser consciente não pode ser o critério para a distinção entre os sistemas. Explica ele que mesmo aquilo que possui as propriedades do sistema *Pcs* nem sempre se torna consciente. Não é apenas o que está alijado da consciência pela repressão, mas também impulsos que governam o Eu mantêm-se fora do escopo consciente. Ainda, derivados do *Ics* como formações substitutivas e sintomas escapam à censura e adentram à consciência devido a distorções em seu conteúdo original (este sim, impossibilitado de adentrar à consciência em razão da repressão). Também formações do sistema *Pcs*, que poderiam adentrar à consciência sem maiores dificuldades permanecem inconscientes. Para o autor, a distinção mais significativas entre os sistemas não deve ser procurada entre o *Cs* e o *Pcs*, mas entre o *Pcs* e o *Ics*. Assim, aponta-se que nem sempre um conteúdo é aceito na consciência e que isso se deve a censuras que barram o adentrar as fronteiras do sistema subsequente. O autor esclarece nos seguintes termos:

Na fronteira do *Pcs*, o *ics*²⁶ é rechaçado pela censura, e derivados dele podem contornar essa censura, organizar-se superiormente, crescer no *Pcs* até atingir certa intensidade no investimento, mas depois de a haver ultrapassado, ao procurar se impor à consciência, são reconhecidos como derivados do *ics* e novamente reprimidos na nova fronteira de censura entre *Pcs* e *Cs*. Assim, a primeira censura funciona para o *Ics* mesmo; a última, para os derivados *ics* dele (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 135, grifo do autor).

Vemos que os conteúdos inconscientes são imediatamente rechaçados pela censura entre os sistemas *Pcs* e *Ics*. Os derivados inconscientes podem passar pela barreira imposta pela censura, mas não podem adentrar ao sistema *Cs* sem ultrapassarem por nova censura (a que se estabelece entre o *Cs* e o *Pcs*). Parece-nos que o acesso à consciência dependerá do investimento, ou ainda, do sobreinvestimento, que permita o rompimento da barreira da censura. Podemos ainda pensar que a depender das distorções sofridas pelo conteúdo original este poderá ser reconhecido, ou não, como um conteúdo pernicioso aos domínios conscientes. Em caso de ser reconhecido como um derivado do inconsciente, sofrerá novo processo de repressão e será lançado ao *Ics*.

Freud (1915c/2010, v. 12) declara que há comunicação do sistema *Ics* com outros sistemas. A comunicação entre os sistemas é ampla na origem da atividade pulsional. Parte dos processos pulsionais passa pelo sistema *Ics* como uma etapa preparatória para a ascensão ao sistema *Cs*. Outra parte dos processos pulsionais fica retida no *Ics*. Além de influências internas, como as pulsionais, o *Ics* também é atingido por demandas externas, pelas experiências provenientes da percepção externa. Em geral, os caminhos que conduzem da percepção ao *Ics* estão livres. Em compensação, os caminhos que partem do *Ics* em direção a processos psíquicos mais elevados são submetidos à repressão, ou seja, tem sua entrada ao sistema *Pcs* (e a possibilidade de entrada ao *Cs*) barrada.

Pode ocorrer a cooperação entre impulsos pré-conscientes e inconscientes, no sentido de o impulso inconsciente agir em acordo com uma das tendências dominantes. Numa situação como esta, a repressão é suspensa e a atividade que estava anteriormente reprimida é realizada como um reforço para a atividade pretendida pelo Eu. “O inconsciente torna-se conforme ao Eu...” (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 137).

²⁶ No original consultado, esta abreviatura encontra-se em letras minúsculas. Pode ser uma abreviatura para aquilo que está descritivamente inconsciente, e não se tratar do sistema *Ics*.

1.2.7 As noções de representação de palavra e de representação de coisa: a distinção entre sistemas *Ics* e *Pcs*

Na última seção do texto *O inconsciente*, Freud (1915c/2010, v. 12) aponta as afecções narcísicas como a possibilidade de compreensão para o *Ics*. Destas, apontou-se a esquizofrenia (ou *dementia praecox*, de Kraepelin) como uma afecção que se daria pela oposição Eu-objeto. A hipótese seria de que, após o processo de repressão, a libido retirada do objeto volta-se para o próprio Eu, restabelecendo-se um estado primitivo de narcisismo, no qual estaria demarcada uma ausência de objeto. As características de rejeição do mundo externo, sinais de sobreinvestimento do Eu, a completa apatia e, em termos de terapia, a inacessibilidade dos pacientes à ela, parecem ser condizentes com a hipótese da afecção.

Freud (1915c/2010, v. 12) chama a atenção para as mudanças na linguagem dos pacientes esquizofrênicos. Assim são descritas as modificações na linguagem:

Frequentemente o modo de expressão é objeto de um cuidado especial, torna-se “rebuscado”, “afetado”. As frases são formadas com uma peculiar ausência de organização que as torna ininteligíveis para nós, de maneira que consideramos absurdas as manifestações dos doentes. Com frequência, uma relação com órgãos do corpo ou inervações assume o primeiro plano no conteúdo dessas manifestações (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 140).

Esta forma de linguagem que parece alheia às regras de construção de fraseado estaria relacionada à rejeição do mundo externo, em virtude do sobreinvestimento no Eu? Como se daria o uso das palavras numa afecção que, em tese, romperia com o mundo externo, mundo este permeado pela comunicação verbal? Diz o autor que

Na esquizofrenia, as *palavras* são submetidas ao mesmo processo que forma as imagens oníricas a partir dos pensamentos oníricos latentes, que chamamos de *processo psíquico primário*. Elas são condensadas e transferem umas para as outras seus investimentos por inteiro, através do deslocamento. O processo pode ir tão longe que uma única palavra, tornada apta para isso mediante múltiplas relações, assume a representação de toda uma cadeia de pensamentos (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 142-143, grifo do autor).

Significa dizer que as palavras serão dotadas do mesmo modo de funcionamento do *Ics*. Assim, as palavras poderão ser investidas ou desinvestidas, por uma livre circulação quantitativa. A palavra (ou, poderíamos pensar, grupo de palavras ou frase) que se tornar investida poderá assumir o significado de uma cadeia de pensamentos. Desta maneira, a fala de um paciente esquizofrênico pode não fazer sentido para quem o escuta, mas tem um sentido dentro do quadro patológico, pois podemos pensar que sua fala guarda a história da doença. Por meio da distorção promovida pelos mecanismos de deslocamento e condensação, a palavra representará todo um contexto que, para o ouvinte, foi perdido. Assim, podemos

pensar o rompimento com o meio externo como uma regressão a modos de funcionamento mais arcaicos do psiquismo. Recua-se de um processo secundário que caracterizaria a fala de um indivíduo são, ou neurótico, para uma fala demarcada pelo processo primário.

Destes elementos sobre a linguagem nos esquizofrênicos, Freud (1915c/2010, v. 12) declara necessitar fazer uma modificação na hipótese sobre o abandono do investimento em objetos. Dirá o autor que “[...] o investimento nas representações verbais dos objetos é mantido” (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 146). Assim, se o investimento na representação da ‘figura’ do objeto se desvanece, sua representação de palavra permanece investida.

Agora o que poderíamos chamar de representação consciente do objeto se decompõe para nós em *representação da palavra* e em *representação da coisa*, que consiste no investimento, se não das imagens mnemônicas diretas das coisas, ao menos de traços mnemônicos mais distantes e dela derivados (FREUD, 1915c/2010, v.12, p. 146, grifo do autor).

Conforme acompanhamos nas considerações de Freud (1915c/2010, v. 12), a representação de objeto que atinge a consciência seria um complexo formado por dois tipos distintos de representações: de palavra (ou verbal) e de coisa. Para ser aceita na consciência, os dois tipos de representação (palavra e coisa) teriam de estar atreladas, ou, melhor dizendo, investidas. Essa constatação põe em cheque a hipótese anteriormente formulada sobre a existência de distintos registros do conteúdo nos diferentes locais psíquicos (*Ics* e *Pcs/Cs*). Agora, Freud compreende que o que distingue a qual domínio pertence o conteúdo está relativo ao investimento nas representações de coisa e de representação de palavra. A conclusão a que o autor chega é:

[...] a representação consciente abrange a representação da coisa mais a da palavra correspondente, e a inconsciente é apenas a representação da coisa. O sistema *Ics* contém os investimentos de coisas dos objetos, os primeiros investimentos objetivos propriamente ditos; o sistema *Pcs* surge quando essa representação da coisa é sobreinvestida mediante a ligação com as representações verbais que lhe correspondem. São esses sobreinvestimentos, conjecturamos, que levam a uma alta organização psíquica e tornam possível a substituição do processo primário pelo processo secundário dominante no *Pcs*. Podemos então dizer precisamente o que a repressão, nas neuroses de transferência, recusa à representação rejeitada: a tradução em palavras que devem permanecer ligadas ao objeto. A representação não colocada em palavras ou o ato psíquico não sobreinvestido permanece então no inconsciente, como algo reprimido (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 146-147, grifo do autor).

Desta forma, o que permanece no inconsciente são as representações de coisa que não obtiveram a possibilidade de agregar à elas o investimento na representação verbal correspondente. Se as distintas formas de representação ficam apartadas, podemos pensar que o mecanismo de repressão está conseguindo cumprir sua função de manter o conteúdo afastado da consciência. O que não é permitido é a ‘tradução’ do conteúdo em palavras, pois

tal poderia vir a permitir a entrada do conteúdo na consciência. Para sermos mais exatos, a vinculação entre a representação de coisa e a representação de palavra não garante a entrada na consciência, mas sim a permissão de acesso ao sistema *Pcs*. Nos termos de Freud (1915c/2010, v. 12, p. 148, grifo do autor), “[...] a ligação com representações verbais ainda não coincide com o tornar-se consciente, e apenas fornece a possibilidade para isso, ou seja, que não caracteriza nenhum outro sistema senão o *Pcs*.”

Freud (1915c/2010, v. 12) encerra seu trabalho sobre o inconsciente declarando que se foi possível a identificação do inconsciente a partir das diferenças entre as representações inconscientes e pré-conscientes, então as demais pesquisas psicanalíticas tem de remeter a estas questões.

1.3 A PSICANÁLISE ENQUANTO METAPSICOLOGIA

Vimos na primeira seção deste capítulo uma dimensão distinta de sujeito, não mais centrado na razão, mas um sujeito descentralizado, marcado pelos modos de funcionamento de diversos sistemas, os quais não necessariamente estariam calcados em processos conscientes. Decorrente desse novo entendimento sobre o sujeito, um novo objeto de estudos teria de ser forjado para a psicanálise: o inconsciente. O acesso ao inconsciente seria mediado pelas formações do inconsciente que ascenderiam à consciência, apesar de toda a deformação sofrida pelo conteúdo no percurso desde o inconsciente, passando pela censura, pelo pré-consciente, até o acesso à consciência. Dito de uma maneira [talvez] mais poética, desde as profundezas, dos recônditos mais obscuros, até seu emergir à superfície mais iluminada da consciência.

Visto que ao se fundar um novo campo de pesquisas, com um novo objeto e uma nova visão sobre o sujeito, a construção de uma teoria do psiquismo que abarcasse um para além das psicologias clássicas²⁷, uma metapsicologia (lembrando que o termo *meta* quer dizer ‘além de’) carecia de empreendimento: uma psicologia profunda. Dizendo de modo ainda mais preciso, e para isso utilizando-nos dos termos de Birman (2003, p. 44, grifos nossos), “[...] com a metapsicologia a psicanálise pretende circunscrever os *processos subjacentes* ao eu e à consciência”. Assim, a busca por aquilo que se arrasta para trás do que é mais

²⁷ Birman (2003) aponta que nas ditas psicologias clássicas o psíquico era identificado à consciência. “A subjetividade estava fundada na consciência, e nela se inscrevia o eu” (BIRMAN, 2003, p. 21).

claramente conhecido, daquilo que aparece nas esferas conscientes e que temos acesso mais direto, é o empreendimento da psicanálise. O que espreitaria por detrás dos aspectos mais acessíveis do psiquismo? No início das especulações de Freud, o estudo sistemático dos sintomas²⁸ já havia levado à consideração de que teria de haver algo ‘para além’ do conhecimento imediato, do que está a disposição da consciência.

Então, se se tem um objeto novo e, decorrente deste, uma nova concepção de sujeito em vias de emergir, por meio de uma mudança de paradigma das ditas psicologias clássicas, compreende-se que cunhar um novo termo para designar esse campo de estudos fazia-se necessário.

Birman (2003, p. 44, grifo do autor) nos lembra que “[...] a psicanálise não é uma psicologia, mas uma metapsicologia”. O autor esclarece que, sendo uma metapsicologia, “[...] a leitura psicanalítica pretende ir *além* da psicologia”. Isto se dá em razão de que o campo de saber psicanalítico “[...] não se volta para a descrição das faculdades mentais, mas para a elucidação do sentido da experiência psíquica”.

A primeira referência ao termo metapsicologia encontra-se na carta de Freud a Wilhelm Fliess datada de 10 de março de 1898. Nesta epístola, Freud questiona a Fliess sobre o uso do termo, já esclarecendo o motivo da construção do neologismo: “A propósito, vou perguntar-lhe a sério se posso usar o nome de metapsicologia para minha psicologia que se estende para além da consciência” (FREUD, 1986, p. 302). Cabe pontuar que tal carta data de dois anos de antecedência da obra considerada inaugural da psicanálise, *A interpretação dos Sonhos*, de 1900.

Conforme atesta Honda (2010), as dificuldades no acesso ao inconsciente são marcantes nos primórdios da construção do edifício conceitual psicanalítico. Esse acesso só poderia ser obtido pela via consciente, ou seja, pelos conteúdos que chegam à consciência de modo deformado, os sintomas, sonhos e atos falhos, enfim, as formações do inconsciente. Para tanto, a elaboração de um arcabouço conceitual que pudesse dar alguma sistematização ao acesso à realidade psíquica inconsciente precisava ser forjado.

Se se considera a psicanálise uma nova disciplina científica, como defendia seu criador, a metapsicologia aparece como a trama conceitual constituída pelos conceitos e princípios básicos, sobre a qual se assenta não apenas a técnica terapêutica, mas o método investigativo dos fenômenos psíquicos em geral, onde quer que se apresentem (HONDA, 2010, p. 85).

²⁸ E, posteriormente, dos sonhos, das ações falhas, dos chistes, bem como de elementos dispersos na cultura, como as obras de arte, os mitos, as instituições.

Destarte, para efetuar-se a elucidação do sentido da experiência psíquica recorrer-se-ia à base conceitual fornecida pela metapsicologia que, segundo Freud (1915c/2010, v. 12), precisaria ser pensada como estando composta por três registros: o topológico, o dinâmico e o econômico.

Parece-nos apropriado distinguir com um nome especial o modo de ver as coisas que é a consumação da pesquisa psicanalítica. Proponho que seja denominada *metapsicológica* uma exposição na qual consigamos descrever um processo psíquico em suas relações *dinâmicas, topológicas e econômicas*. Diga-se de imediato que, no estado atual de nossos conhecimentos, conseguiremos fazê-lo apenas em alguns pontos isolados (FREUD, 1915c/2010, v. 12, p. 120-121, grifo do autor).

Ao destacar que a metapsicologia seria a “consumação da pesquisa psicanalítica”, entendemos que a abrangência esperada para a elucidação dos processos psíquicos, a conclusão/finalização de uma pesquisa aos moldes psicanalíticos, só poderia se dar quando fosse possível balizar os eventos psíquicos a partir dos registros topológico, dinâmico e econômico. Mesmo considerando que a psicanálise ainda tinha muitos processos a elucidar, por ser uma ciência nascente, Freud (1915c/2010, v. 12) pondera que a busca por discutir da maneira mais abrangente possível os eventos psíquicos deve ser o norte das pesquisas.

Na obra *Além do princípio de prazer*, Freud (1920/2010, v. 14) enfatiza a importância da mais completa, possível, descrição dos eventos mentais. O autor principia o texto esclarecendo que, segundo a concepção psicanalítica, os processos psíquicos estão regulados pelo princípio de prazer, o que significa que uma tensão desprazível coloca em marcha processos que conduzem a uma diminuição da tensão geradora de desprazer, de modo a evitar o desprazer ou, quiçá, produzir prazer. O autor está, nitidamente, tratando de processos econômicos. Os outros dois aspectos, o topográfico e o dinâmico, serão apresentados como cruciais para tal empreendimento.

Se atentamos para esse curso, ao considerar os processos psíquicos que estudamos, introduzimos o ponto de vista econômico em nosso trabalho. Uma descrição que, junto ao fator topológico e ao dinâmico, procure levar em conta esse fator econômico, parece-nos ser a mais completa que hoje podemos imaginar, merecendo a designação de *metapsicológica* (FREUD, 1920/2010, v. 14 p. 162, grifo do autor).

Portanto, teria de haver uma definição de quais os ‘lugares’ psíquicos – o registro topológico – se desenrolaria a experiência psíquica. Também seria necessário compreender o pólo do conflito – o registro dinâmico – no qual as representações entrariam em antagonismo entre si. Por fim, no registro econômico caberia determinar os processos quantitativos em pauta, como se dariam os investimentos [econômicos] nas representações.

Freud (1926b/2014, v. 17) descreve as três perspectivas na obra *Psicanálise*. Segundo comentário em nota de rodapé de Paulo César de Souza (2014) ao texto freudiano, este material foi produzido por Freud como um verbete para três volumes complementares da *Encyclopaedia Britannica*, lançados em 1926 com fins de atualizar a 11ª edição da referida enciclopédia.

A perspectiva dinâmica seria relativa ao interjogo de forças que movem os processos psíquicos. Essas forças motrizes seriam, originalmente, da natureza de pulsões [instintos/*Triebe*]. Isto significa que tais forças possuem origem orgânica e, portanto, são caracterizadas pela capacidade somática de compulsão à repetição, e possuem representação psíquica sob a forma de ideias investidas/ ocupadas de afetos (FREUD, 1926b/2014, v. 17).

Numa perspectiva econômica, Freud (1926b/2014, v. 17) propõe que as representações psíquicas das pulsões são passíveis de investimentos por meio de quantidades de energia. A tendência do aparato anímico é a evitação do represamento quantitativo, o que engendraria desprazer, e a busca por manter o mais baixo possível a soma de excitações que ascendem ao psíquico. Desta forma, fica claro que os processos psíquicos seriam regulados pelo princípio de prazer (ou princípio de prazer-desprazer). Por este pressuposto, o acréscimo quantitativo estaria ligado ao desprazer e o decréscimo da excitação seria relativo ao prazer. Mas este princípio, mais originário do psiquismo, pelo contato com o meio exterior sofre modificação, de modo “[...] a postergar satisfações do prazer e tolerar por algum tempo sensações de desprazer” (FREUD, 1926b/2014, v. 17, p. 316). Esta modificação no funcionamento psíquico será denominado de princípio de realidade (FREUD, 1911/2010, v. 10; 1915c/2010, v. 12; 1923b/2010, v. 16; 1926b/2014, v. 17).

Para tratar de um ponto de vista topológico temos de considerar o desenvolvimento da psicanálise. Foram pensadas duas topologias no percurso de construção da psicanálise. Quando da obra *O inconsciente*, Freud (1915c/2010, v. 12) considerava que a topologia se daria em Inconsciente (*Ics*), Pré-consciente (*Pcs*) e Consciente (*Cs*). A partir de 1923, quando Freud publica a obra *O eu e o id*, uma nova concepção topológica se delineia. A partir deste momento das construções teóricas psicanalíticas, o aparelho psíquico passa a ser constituído por Isso, Eu e Supereu. Nos termos do autor,

Segundo nossas concepções atuais, o aparelho psíquico se divide em um *Id*, que é o portador dos impulsos instintuais, em um *Eu*, que constitui a parte mais superficial do *Id*, modificada por sua influência do mundo exterior, e um *Super-eu*, que, oriundo do *Id*, domina o *Eu* e representa as inibições instintuais características do ser humano (FREUD, 1926b/2014, v. 17, p. 316, grifo do autor).

Vemos, então, que durante a construção do saber psicanalítico, o qual Freud (1926b/2014, v. 17) considerava incompleto e em constante transformação, houve uma modificação na concepção topológica. Mas é preciso demarcar que essa modificação não significou um completo abandono da concepção anterior. Dito de outro modo, não se pode dizer que a segunda concepção topológica tenha suplantado a primeira concepção. O que se pode perceber é que houve uma amplificação da compreensão, na medida em que a distinção entre processos inconscientes e conscientes ainda se faz necessária. Assim, a qualidade de ser consciente ainda se faz presente na segunda topologia. Com relação a esta qualidade, distingue-se os processos do Isso, que seriam inteiramente inconscientes, dos processos conscientes que estariam a encargo da camada mais externa do Eu, pois esta seria responsável pela percepção do mundo exterior.

A leitura do psiquismo assim esboçada nas diferentes tópicas freudianas [a primeira constituída por *Ics*, *Pcs* e *Cs* e a segunda por Isso, Eu e Supereu] exigiu a constituição de um discurso teórico outro, que não seria nem o da psicologia clássica, nem o da neuropatologia. Para esse discurso Freud forjou o nome de *metapsicologia*. Esta se caracteriza pela utilização de três códigos de descrição dos fenômenos mentais, que seriam complementares: o *tópico* [topológico], o *dinâmico* e o *econômico*. Assim, qualquer experiência psíquica exigiria uma leitura que definisse em que lugares psíquicos estaria acontecendo, antes de mais nada. Vale dizer, em que registros psíquicos estaria aquela experiência ocorrendo e que modalidades de representação estariam em causa. Foi assim definida a dimensão tópica [topológica]. Em seguida, como os registros em pauta e as representações correspondentes estabeleceriam conflitos entre si, isso delinearía a dinâmica psíquica. Como as representações seriam sempre investidas, finalmente, a dimensão econômica da metapsicologia procurava definir quais seriam as intensidades [quantidades] em pauta. Uma descrição metapsicológica do psiquismo seria aquela que sempre se orientasse, enfim, por esta tripla exigência teórica (BIRMAN, 2009, p. 43, grifo do autor).

Parece-nos interessante destacar que Birman (2003) usa a expressão ‘exigência teórica’ para se referir à proposta metapsicológica de compreensão do psiquismo. Entendida deste modo, para a instituição de um saber psicanalítico, seria necessário que o fenômeno em questão, qualquer que seja ele, possa ser discutido dentro destas três perspectivas: topológica, dinâmica e econômica.

1.4 À GUIA DE CONCLUSÃO: QUE SUJEITO E QUE OBJETO PARA A PSICANÁLISE? ENTÃO, QUE SUJEITO E QUE SUBJETIVIDADE COMO PARÂMETRO PARA A CONFECÇÃO DESTE TRABALHO?

Do que depreendemos do acima exposto, ao inaugurar um novo campo de estudos faz-se necessário pensar como situar os termos e explicitar os conceitos que compõem a trama que sustenta essa nova disciplina. Se o que é relativo ao subjetivo diz respeito ao sujeito é necessário compreender quem é esse sujeito de quem estamos falando. Em psicanálise, o eu não pode ser considerado o âmago do sujeito, visto estar atrelado às demandas de três senhores. Portanto, temos de compreender que a subjetividade também é algo dividido e fugidio por não estar mais arraigada a diretamente à consciência. Isto implica em pensar uma subjetividade que estaria enlaçada a uma “[...] realidade inconsciente e dinâmica, impulsionada pelos desejos involuntários” (HONDA, 2010, p. 99), porque movida pelo aspecto pulsional, e inapreensível senão pelas formações psíquicas manifestas. Se a subjetividade teria tais particularidades, que dizer do sujeito? Nos termos de Honda (2010, p. 99-100), “[...] o sujeito pode ser concebido exatamente como aquilo que, sob os disfarces da fantasia e das demais formações psíquicas, escapa à nossa percepção consciente e, não obstante, determina nossa vida subjetiva”.

Dentro de tal perspectiva, como pensar a questão da vocação e da escolha profissional dentro de uma abordagem psicanalítica freudiana? Dito de outro modo, que processos psíquicos estariam subjacentes à vocação e como se manifestariam na escolha profissional? Nossa hipótese é que o que denominamos coloquialmente de vocação seria a expressão do chamamento do supereu para que o eu cumpra o que está demarcado em seu ideal do eu. Inicialmente, ancorados em Torres (2001), consideramos que seriam quatro os conceitos psicanalíticos centrais para a compreensão do processo de orientação profissional clínica, os quais inferimos estar também relacionados ao processo de subjetivação relativo à vocação. São eles: a noção de objeto, a noção de escolha [de objeto e da neurose], o processo de identificação e a noção de sobredeterminação. Adiantamos que cada um destes quatro conceitos liga-se a outros formando uma rede conceitual complexa. Isto implica que para a compreensão da forma como os processos psíquicos que conduzem ao que chamamos vocação e à eleição profissional/ ocupacional outros conceitos serão agregados. Dentre estes podemos citar as noções de idealização, identificação, complexo de Édipo, isso, eu, ideal do eu, supereu. Também nos aventuraremos em discussões psicanalíticas mais atuais, como a transmissão psíquica entre gerações, para darmos contornos às noções de vocação e de escolha profissional/ ocupacional.

A proposta de acesso ao tema de estudos será aquele demarcado pelo fundador da psicanálise, a investigação dos fenômenos psíquicos manifestos assentando-os em uma trama

conceitual – o aporte metapsicológico – que permita o deslindar dos processos psíquicos inconscientes que os engendram.

Após haver delimitado o objeto de estudo e o sujeito da psicanálise, de apontar o enquadramento teórico que circunscribe este campo do saber, o que entendemos como as bases para pensarmos nosso tema de estudo, discorreremos, a partir do próximo capítulo, sobre as questões relativas à vocação e escolha profissional/ ocupacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho nos propusemos a descortinar os mecanismos que subjazem ao que nomeamos vocação e à escolha profissional/ ocupacional. Para tanto nos ancoramos nas teses psicanalíticas freudianas.

Esclarecemos a escolha do tema como decorrente da atuação em clínica, na qual elementos relacionados à escolha da profissão/ ocupação ou à atividade exercida eram foco constante de elucubrações, inquietações e sofrimento de diversos pacientes. Assim, compreender os meandros intrapsíquicos que estavam imbricados com a área do trabalho se fazia premente. A busca por subsídios teóricos para sustentar a atuação clínica junto a esses casos apontou para a necessidade de mais estudos sobre o tema. Deste modo, lançamo-nos nesta empreitada que, consideramos, bastante produtiva e elucidativa.

Primeiramente circunscrevemos nosso campo de estudo, a psicanálise, apontando seu objeto – o inconsciente – e decorrente deste funcionamento a descentralização do sujeito. Esse olhar, em nossa concepção, desbancou a hipótese de uma escolha pautada exclusivamente em elementos conscientes, como por exemplo profissões/ ocupações emergentes, demandas de mercado, retorno financeiro e afins. Ao destacarmos o funcionamento inconsciente e a constituição da subjetividade como algo fugidio, compartilhado por instâncias em processo dinâmico, a complexidade de pensar o humano ficava cada vez mais demarcado. É neste contexto teórico que nos dispusemos a pensar a tramitação de constituintes que forjam o psiquismo e, destarte, estarão na base da vocação e da escolha profissional/ ocupacional.

Autores como Bohoslavsky (1998), Levenfus (1998), Soares-Lucchiari (1998), Torres (2001) e Abreu Filho (2006) foram o ponto de partida da pesquisa. A partir de delineamentos básicos destes autores retrocedemos às teses de Sigmund Freud com uma proposta de compreensão mais aprofundada, portanto metapsicológica, dos constituintes psíquicos imbricados na vocação. Assim, percorremos as noções de sobredeterminação, objeto, escolha de objeto e da neurose, identificação, ideal do eu e supereu com vistas a estabelecermos firmemente o processamento psíquico que engendra o chamado à ação. Chegamos à conclusão que o eu é chamado à ação pelo supereu que, balizado por aquilo que se encontra no ideal do eu, impelirá o eu a eleger e desenvolver determinada profissão/ ocupação em detrimento de outras. Portanto, a eleição não é fortuita, mas pautada em elementos sobredeterminados relativos aos objetos de amor e à identificação do indivíduo. Apontamos

que este é um modo distintivo de olhar para a noção de vocação e, destarte, nossa contribuição aos estudos sobre o tema.

Este olhar para os processos de eleição da profissão/ ocupação sustentados pela ancoragem psicanalítica freudiana abriu-nos outras possibilidades de, para além da discussão calcada na concepção edipiana, na qual pai, mãe e filho formam uma triangulação aparentemente apartada de tudo o mais, nos aventurarmos a questões familiares mais amplas como promovendo interferências na constituição do psiquismo. É assim que a questão da transmissão psíquica entre gerações entra em discussão. Autores como Berenstein (1988), Eiguer (1985; 1998) e Kaës (1998; 2001a, 2001b) forneceram os assentamentos para pensar como a transmissão se processa passando dos pais aos filhos, e destes aos seus filhos, de geração em geração, sendo que a constituição de um indivíduo arrasta em si uma infinidade de antepassados, dos quais ele tem notícia e daqueles que perderam sua influência imediata, mas que por influenciamento dos ancestrais ainda se mantém. Neste sentido, entendemos que a transmissão psíquica geracional subjaz à noção de vocação, que aquilo que se traduz desde as demandas inconscientes por obtenção de satisfação e que se manifesta sob a forma de um chamado à ação por meio de determinada profissão/ ocupação tem profundas raízes no passado ancestral de cada indivíduo. Em outros termos, pensar a vocação conduz-nos a mergulhar na genealogia e na obscuridade que se perde nas eras idas. A imbricação entre vocação e a transmissão psíquica entre gerações é outro aspecto a destacar como distintivo do trabalho que realizamos.

A questão da transmissão psíquica geracional evoca novas possibilidades de pensar a vocação e escolha profissional/ ocupacional. Por exemplo, com as novas configurações familiares nas quais os avós e bisavós participam ativamente na criação e educação dos netos, por vezes ocupando uma parcela dessa educação que anteriormente seria papel de um ou ambos os genitores, que peculiaridades da construção do psiquismo poderiam estar presentes? Estas novas configurações modificariam a constituição do psiquismo no sentido de que os avós assumiriam os papéis parentais ou ampliariam a influência da transmissão psíquica entre gerações? Se muito da transmissão psíquica entre gerações ocorre via não-ditos ou mal-ditos, como prefere Eiguer (1998), a vivência tão próxima dessas figuras teria interferência ampliada, na medida que divulgaria ou veicularia maior quantidade de mitos familiares, ou ampliaria a disseminação dos ideais familiares?

Outra questão é referente às novas profissões/ ocupações. Se na contemporaneidade a especialização do trabalho se coloca como necessidade em razão do amplo desenvolvimento tecnológico, como pensar a transmissão psíquica geracional como sendo determinante para a

vocação e, conseqüentemente, a escolha profissional? As bases do ideal familiar seriam impactadas pelas novas profissões? Se isso ocorre, como se daria tal processo na constituição da vocação? Seria este um dos elementos que conduziria ao sofrimento no trabalho? Se entendemos que se a escolha profissional não puder estar apoiada na vocação ela prejudicará a obtenção de sublimação (portanto, angariar uma parcela de satisfação) nesta esfera e propiciará o desenvolvimento de sofrimento, como a velocidade com a qual as áreas profissionais/ocupacionais são aprimoradas ou até descartadas pelo avanço desenfreado da tecnologia seria lícito inferir que há interferência a ponto do sofrimento provocado pelo trabalho ser mais proeminente neste período histórico, social e econômico?

Como vemos, esta pesquisa suscita mais questões do que fechamentos. Pensamos, claro, que a pesquisa visa a elaboração de conclusões, mas sabemos que um campo do saber para ter *status* de ciência precisa tolerar e subsistir à prova da realidade e do tempo, da historicidade. Com modificações de paradigmas faz-se necessário rever hipóteses e assentá-las em novas descobertas e, se necessário, proceder reformulações. Nossa pretensão foi apresentar um viés de pesquisa, uma faceta de aproximação do tema da vocação. Estamos cientes que muitos outros elementos têm de ser considerados, pois pensamos o ser humano como uma complexidade, portanto sujeito, ou sujeitado, a variáveis para além de sua constituição psíquica. Pensamos, então, em fatores relativos ao período histórico, social e econômico vigente.

Neste sentido, não podemos ser ingênuos ao ponto de decretarmos que a eleição da profissão se dá apenas pelos processos inconscientes, como bem alerta Torres (2001). Nem todos têm a possibilidade de encaixar-se no mercado de trabalho para exercer aquilo a que foram vocacionados. Muitos necessitam atuar no labor que conseguem com vistas a subsistência pessoal e familiar. A sobrevivência se interpõe colocando em confronto *Eros* e *Ananke*, o que promove satisfação *versus* a necessidade. Se lembrarmos que a necessidade de sobrevivência (a autopreservação) é mais premente que as demandas sexuais e, portanto, não pode ser relegada a segundo plano a ponto de não sucumbir a repressão, entenderemos que, entre aquilo que o indivíduo gostaria de realizar e aquilo que ele precisa realizar para sobreviver, ele na maioria das vezes optará pela segurança, pela preservação de si e dos seus. Freud (1930/2010, v. 18) nos alerta que para vivermos em sociedade e talvez seja mais contundente dizer que não é apenas questão de viver, mas de subsistir na intrincada malha social na qual estamos inseridos, tem-se de abrir mão de uma parcela de felicidade, de satisfação, em troca de um quinhão de segurança. Essa segurança tem, então, de ser entendida como aquela que viabiliza a sobrevivência.

Fica-nos evidente que a profissão/ ocupação exercida, mais que uma possibilidade de satisfação conduz à possibilidade de saciação. Se a satisfação fica relegada a um plano inferior ao da sobrevivência, a afirmação freudiana de que é impossível ser feliz na vida em sociedade ganha uma dimensão perturbadora na esfera do trabalho. Se não é possível realizar a vocação, aquilo que promoveria satisfação, mesmo que parcial e imperfeita, o que sobra ao indivíduo senão o sofrimento relativo ao trabalho?

Vemos no que está disposto na sociedade elementos que inviabilizam a eleição da atividade laboral segundo a 'livre escolha', a qual é apontada por Freud (1930/2010) como propiciadora de satisfação. Mas, teríamos de pensar que apenas a profissão/ ocupação é produtora dessa satisfação? Em caso afirmativo, temos de assumir uma legião de indivíduos fadados a apenas obter sustento e sofrimento pela via do trabalho. Seria lícito supor que alguma das atividades componentes da profissão/ ocupação poderia ser impulsora de satisfação? Essa parece-nos ser uma saída viável para aqueles que pela impossibilidade de eleger a profissão adentrou ao mercado de trabalho para exercer uma atividade para a qual, ao menos, tinha qualificação. Parece-nos lícito pensar que alguma(s) das atividades do trabalho promova satisfação.

De modo inverso, também temos que pensar que nem toda a atividade executada por aqueles que escolheram a profissão a seguir proporcionarão satisfação. Existem elementos da tarefa que propiciarão enfado, cansaço e, por que não dizer, sofrimento ao trabalhador.

Então quando afirmamos que a vocação é um chamamento do supereu para que o eu execute determinada ação em detrimento de outras com vistas à obtenção de satisfação, a escolha profissional é apenas um dos caminhos viáveis para tal execução. O que dizer dos hobbies, das atividades paralelas à atividade laboral senão que elas também são vias de obtenção de satisfação? Também nos parece justo supor que a vocação esteja imbricada na eleição destas atividades. Deste modo, mais do que uma via de escape para a libido que não pode ser satisfeita por meio da profissão/ ocupação, essa pode ser uma aliada, conjugada à ela de modo a propiciar um montante de satisfação que impeça que o indivíduo adoça.

Pellegrino (1987) aponta que o indivíduo precisa constituir dois pactos: o edípico e o social. O primeiro deles, a renúncia ao prazer a partir das figuras parentais, abre ao indivíduo o acesso a outros indivíduos que povoam seu entorno social, assim ele ingressa e pode trafegar pela cultura. Já no pacto social, acrescido à renúncia aos impulsos sexuais, uma estrutura em torno do trabalho se estabelece. Não basta abdicar dos objetos de amor primeiros e obter substitutos para o impulso sexual, agora exige-se a renúncia das demandas eróticas e

sua conversão em força de trabalho, uma utilização da libido inibida em seus fins, a qual sustentará a malha social e a tornará viável.

Se pensarmos o trabalho como aquele elemento construído pelo humano em sua confrontação com as fontes de sofrimento humano, contra as forças superiores da natureza e contra a caducidade do corpo, entendemos que o sentido do trabalho terá aspecto dúplice, antitético: construção mas também destruição, valoração e vilipêndio, enfim, satisfação e, ou à custa de, sofrimento.

Como pudemos compreender a partir desse trabalho a vocação está posta, é uma possibilidade de angariar satisfação. Mas, será que ela é viável para todos? Não nos parece, já dissemos isso. Destarte, na maioria das vezes ou do tempo dispendido nessa atividade, temos no trabalho aquilo que provoca apenas renúncias. O trabalho é envilecido, quando o que lhe ocorre é uma decorrência dos ditames culturais. Uma fala de Pellegrino (1987, p. 202-203, grifos do autor) é bastante contundente. Diz o autor:

Se o pacto social é iníquo e avilta o trabalho, *ele vai aviltar e tornar iníqua a renúncia pulsional por ele próprio exigida*. O amor ao trabalho só é possível na medida em que os direitos do trabalhador sejam minimamente respeitados [e entendemos a eleição da profissão/ocupação balizada pela vocação como um destes direitos]. Se isso não ocorre, *há uma ruptura do pacto social*. O trabalho torna-se sem sentido, aviltante e humilhante, tanto quanto o sacrifício e a renúncia que, em seu nome, me disponho a fazer. Rompo, aí, com a sociedade, e esta ruptura terá, inevitavelmente, profundas repercussões intrapsíquicas, que irão sacudir, sob a forma de um abalo sísmico, os fundamentos do pacto primordial com o Pai Simbólico – e com a Lei da Cultura.

Mas se o que está disposto como sustentáculo do social avilta trabalho e trabalhador, empobrecendo uma via de angariar satisfação, outras formas precisam emergir. Atividades componentes de um trabalho podem ser produtoras de satisfação, bem como formas distintas de consecução da atividade podem ser criadas, concebidas pelo trabalhador. Essas saídas ao ostracismo imposto ao trabalho como via de satisfação podem ser pensadas e quiçá implementadas como forma de engendrar satisfação ou ao menos como enfrentamento da situação posta. Se não podemos visualizar, neste estado de coisas, uma saída coletiva, talvez saídas individuais possam ser conseguidas. Como nos aponta Freud (1930/2010) ao tratar sobre a felicidade, cada um tem de buscar por si a maneira pela qual será salvo. Cremos que na esfera do trabalho essa lógica se torna questão de viver amplamente ou, se não viabilizada, apenas manter sua existência, sobreviver. Nossos ensejos são que a conclusão a que chega Pellegrino (1987), citada acima, tenha um desfecho diverso, mesmo que via soluções individuais.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABREU FILHO, Antonio Geraldo de. **Escolha profissional: consciente ou inconsciente?** São Paulo: Vetor, 2006.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. Coleção Primeiros Passos, 171. São Paulo: Brasiliense, 2008.

ANDRÉ-FUSTIER, Francine; AUBERTEL, F. A transmissão psíquica familiar pelo sofrimento. In EIGUER, A.; CAROL, A.; ANDRÉ-FUSTIER, F.; AUBERTEL, F.; COCCONE, A.; KAËS, R. **A transmissão do psiquismo entre gerações: enfoque em terapia familiar psicanalítica**. Tradução de Lúcia Helena Siqueira Barbosa. São Paulo: Unimarco Editora, 1998. p. 129-179.

BASTOS, Rogério Lustosa. **Psicanálise e o pensamento científico: entre o fisicalismo e/ou a contraciência em diferentes modos de subjetividade**. *Psicol. USP* [online]. 2001, vol. 12, n. 1, pp. 89-119. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642001000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 27/01/2014.

BERENSTEIN, Isidoro. **Família e doença mental**. Tradução de Adriana Friedmann. São Paulo: Escuta, 1988.

BIRMAN, Joel. **Freud & a filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BOHOSLAVSKY, Rodolfo. **Orientação Vocacional: a estratégia clínica**. Tradução de José Maria Valeije Bojart. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. MTE – Ministério do Trabalho, CBO, profissão e ocupação. Disponível em: <http://www.faq.inf.br/trabalho-profissao/mte-ministerio-do-trabalho-cbo-profissao-e-ocupacao/>. Acessado em 26 de julho de 2016.

CAROPRESO, Fátima; SIMANKE, Richard Theisen. A relação entre a consciência e a representação na metapsicologia: as múltiplas dimensões de um problema. In: MURTA, Claudia Pereira; BOCCA, Francisco Verardi; SIMANKE, Richard Theisen. **Psicanálise em Perspectiva**. Curitiba: Editora CVR, 2009. p. 121-154.

COELHO JR., Nelson Ernesto. **A noção de objeto na psicanálise freudiana.** Rio de Janeiro: Ágora, v. IV nº 2, jul/dez 2001, p. 37-49.

DEJOURS, Jacques Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho.** Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5ª ed. ampliada. São Paulo: Cortez, 1992.

DEJOURS, Jacques Christophe. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: Chanlat, J-F. **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas.** São Paulo: Atlas, 2012. v. 1, p. 149-173

DEJOURS, Christophe. ABDOUCHELI, Elisabeth. e JAYET, Christian. **Psicodinâmica do Trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho.** Tradução de Maria Irene Stocco Betiol *et all.* São Paulo: Atlas, 2009.

EIGUER, Alberto. **Um divã para a família:** do modelo grupal à terapia familiar psicanalítica. Tradução de Leda Mariza Vieira Fischer. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

EIGUER, Alberto. A parte maldita da herança. In EIGUER, A.; CAROL, A.; ANDRÉ-FUSTIER, F.; AUBERTEL, F.; COCCONE, A.; KAËS, R. **A transmissão do psiquismo entre gerações:** enfoque em terapia familiar psicanalítica. Tradução de Lúcia Helena Siqueira Barbosa. São Paulo: Unimarco Editora, 1998. p. 21-84.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da Língua Portuguesa.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FIGUEIREDO, Luiz Cláudio. **A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação (1500-1900).** 5ª ed. São Paulo: Educ: Escuta, 2002.

FIGUEIREDO, Luiz Cláudio. **Matrizes do pensamento psicológico.** 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

FIGUEIREDO, Luiz Cláudio; SANTI, Pedro Luiz Ribeiro de. **Psicologia:** uma (nova) introdução. 3ª ed. São Paulo: EDUC, 2008.

FREUD, Sigmund. Triebe und Tribschicksale. In: _____. **Gesammelte Werke.** London: Imago Publishing Co., 1949. v. 10, p. 210-232. (Originalmente publicado em 1915).

FREUD, Sigmund. **A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess, 1887-1904.** J. Masson, Editor. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

FREUD, Sigmund. Algunas lecciones elementales sobre psicoanálisis. In: _____. **Obras Completas.** Tradução de José Luis Etcheverry. 2ª Edição. 2ª Reimpressão. Buenos Aires: Amorrortu, 1991. v. 23, p. 279-288. (Originalmente publicado em 1940)

FREUD, Sigmund. Psicopatología de la vida cotidiana. In: _____. **Obras Completas.** Tradução de José Luis Etcheverry. 2ª Edição. 2ª Reimpressão. Buenos Aires: Amorrortu, 1991. v. 6. (Originalmente publicado em 1901)

FREUD, Sigmund. El chiste y su relación con lo inconciente. In: _____. **Obras Completas.** Tradução de José Luis Etcheverry. 2ª Edição. 2ª Reimpressão. Buenos Aires: Amorrortu, 1991. v. 8. (Originalmente publicado em 1905).

FREUD, Sigmund. Bosquejos de la 'Comunicación preliminar' de 1893. In: _____. **Obras Completas.** Tradução de José Luis Etcheverry. 2ª Edição. 4ª Reimpressão. Buenos Aires: Amorrortu, 1992. v. 1. p. 179-190. (Originalmente publicado em 1893).

FREUD, Sigmund. **Projeto de uma psicologia.** Tradução de Osmyr Faria Gabbi Jr. Rio de Janeiro: Imago, 1995. (Originalmente publicado em 1895).

FREUD, Sigmund. A dissecção da personalidade psíquica. In: _____. Edição *Standard* das **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud.** Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XXII, p. 63-84. (Originalmente publicado em 1933)

FREUD, Sigmund. Tres Ensayos de Teoría Sexual. In: _____. **Obras Completas.** Tradução de José Luis Etcheverry. 2ª Edição. 10ª Reimpressão. Buenos Aires: Amorrortu, 2003. v. 7, p. 109-224. (Originalmente publicado em 1905)

FREUD, Sigmund. Pulsiones y Destinos de Pulsión. In: _____. **Obras Completas.** Tradução de José Luis Etcheverry. 2ª Edição. 10ª Reimpressão. Buenos Aires: Amorrortu, 2003. v. 14. p. 105-134. (Originalmente publicado em 1915)

FREUD, Sigmund. La interpretación de los sueños. In: _____. **Obras Completas.** Tradução de José Luis Etcheverry. 2ª Edição. 10ª Reimpressão. Buenos Aires: Amorrortu, 2004. v. 4. (Originalmente publicado em 1900)

FREUD, Sigmund. La interpretación de los sueños. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de José Luis Etcheverry. 2ª Edição. 10ª Reimpressão. Buenos Aires: Amorrortu, 2004. v. 5. (Originalmente publicado em 1900)

FREUD, Sigmund. Sobre el sueño. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de José Luis Etcheverry. 2ª Edição. 10ª Reimpressão. Buenos Aires: Amorrortu, 2004. v. 5. p. 613-667. (Originalmente publicado em 1901)

FREUD, Sigmund. Esquema del Psicoanálisis. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de José Luis Etcheverry. 2ª Ed. 7ª reimpressão. Buenos Aires: Amorrortu, 2004. v. 23, p. 135-209. (Originalmente publicado em 1940).

FREUD, Sigmund. Las neuropsicosis de defensa (Ensayo de una teoría psicológica de la histeria adquirida, de muchas fobias y representaciones obsesivas, y de ciertas psicosis alucinatorias) . In: _____. **Obras Completas**. Tradução de José Luis Etcheverry. 2ª Edição. 10ª Reimpressão. Buenos Aires: Amorrortu, 2005. v. 3, p. 41-68. (Originalmente publicado em 1894).

FREUD, Sigmund. A propósito de las críticas a la <<neurosis de angustia>>. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de José Luis Etcheverry. 2ª Edição. 10ª Reimpressão. Buenos Aires: Amorrortu, 2005. v. 3, p. 117-138. (Originalmente publicado em 1895).

FREUD, Sigmund. Nuevas puntualizaciones sobre las neuropsicosis de defensa. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de José Luis Etcheverry. 2ª Edição. 10ª Reimpressão. Buenos Aires: Amorrortu, 2005. v. 3, p. 157-184. (Originalmente publicado em 1896a).

FREUD, Sigmund. La etiología de la histeria. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de José Luis Etcheverry. 2ª Edição. 10ª Reimpressão. Buenos Aires: Amorrortu, 2005. v. 3, p. 185-218. (Originalmente publicado em 1896b).

FREUD, Sigmund. Sobre el mecanismo psíquico de la desmemoria. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de José Luis Etcheverry. 2ª Edição. 10ª Reimpressão. Buenos Aires: Amorrortu, 2005. v. 3, p. 277-289. (Originalmente publicado em 1898).

FREUD, Sigmund. Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 10, p. 108-121. (Originalmente publicado em 1911).

FREUD, Sigmund. Tipos de adoecimento neurótico. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 10, p. 229-239. (Originalmente publicado em 1912a).

FREUD, Sigmund. Algumas observações sobre o conceito de inconsciente na psicanálise. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 10, p. 255-276. (Originalmente publicado em 1912b).

FREUD, Sigmund. Princípios básicos da psicanálise. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 10, p. 268-276. (Originalmente publicado em 1913a).

FREUD, Sigmund. A predisposição à neurose obsessiva. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 10, p. 324-338. (Originalmente publicado em 1913b).

FREUD, Sigmund. Introdução ao narcisismo. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 12, p. 13-50. (Originalmente publicado em 1914).

FREUD, Sigmund. Os instintos e seus destinos. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 12, p. 51-81. (Originalmente publicado em 1915a).

FREUD, Sigmund. A repressão. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 12, p. 82-98. (Originalmente publicado em 1915b).

FREUD, Sigmund. O inconsciente. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 12, p. 99-150. (Originalmente publicado em 1915c).

FREUD, Sigmund. Luto e melancolia. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 12, p. 170-194. (Originalmente publicado em 1917[1915]).

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 14, p. 161-239. (Originalmente publicado em 1920).

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 18, p. 13-123. (Originalmente publicado em 1930).

FREUD, Sigmund. A dissecção da personalidade psíquica. Em Novas conferências Introdutórias à Psicanálise. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 18, p. 192-223. (Originalmente publicado em 1933).

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do Eu. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 15, p. 13-113. (Originalmente publicado em 1921).

FREUD, Sigmund. Psicanálise e Teoria da libido. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 15, p. 273-308. (Originalmente publicado em 1923a).

FREUD, Sigmund. O Eu e o Id. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 16, p. 13-74. (Originalmente publicado em 1923b).

FREUD, Sigmund. A dissolução do complexo de Édipo. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 16, p. 203-213. (Originalmente publicado em 1924a).

FREUD, Sigmund. Resumo da Psicanálise. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 16, p. 222-251. (Originalmente publicado em 1924b).

FREUD, Sigmund. Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 16, p. 283-299. (Originalmente publicado em 1925).

FREUD, Sigmund. Totem e tabu. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. v. 11, p. 283-299. (Originalmente publicado em 1912-1913).

FREUD, Sigmund. Uma recordação de infância e Leonardo da Vinci. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. v. 9, p. 113-219. (Originalmente publicado em 1910a).

FREUD, Sigmund. Cinco lições de psicanálise. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. v. 9, p. 220-286. (Originalmente publicado em 1910b).

FREUD, Sigmund. Os caminhos da formação de sintomas. Em Conferências Introdutórias à Psicanálise. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Sergio Tellaroli; Revisão da tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. v. 13, p. 475-499. (Originalmente publicado em 1916-1917a).

FREUD, Sigmund. O estado neurótico comum. Em Conferências Introdutórias à Psicanálise. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Sergio Tellaroli; Revisão da tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. v. 13, p. 500-518. (Originalmente publicado em 1916-1917b).

FREUD, Sigmund. Inibição, sintoma e angústia. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. v. 17, p. 13-123. (Originalmente publicado em 1926a).

FREUD, Sigmund. Psicanálise. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. v. 17, p. 311-321. (Originalmente publicado em 1926b).

FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. v. 17, p. 231-301. (Originalmente publicado em 1927).

FREUD, Sigmund. Dostoiévski e o parricídio. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. v. 17, p. 337-364. (Originalmente publicado em 1928).

FREUD, Sigmund. A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. v. 8, p. 359-389. (Originalmente publicado em 1908).

FREUD, Sigmund. O romance familiar do neurótico. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. v. 8, p. 419-424. (Originalmente publicado em 1909).

FREUD, Sigmund; BREUER, Josef. Estudos sobre a histeria. In: _____. **Obras Completas**. Tradução de Laura Barreto e revisão da tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. v. 2. (Originalmente publicado em 1893-1895).
GABBI JR., Osmir Faria. Notas críticas sobre Entwurf Einer Psychologie. In: FREUD, Sigmund. **Projeto de uma psicologia**. Rio de Janeiro: Imago, 1995. P. 103-225.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Freud e o inconsciente**. 24ª ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

GOMES, Isabel Cristina; ZANETTI, Sandra Aparecida S. Transmissão psíquica transgeracional e construção de subjetividade: relato de uma psicoterapia psicanalítica vincular. **Psicologia USP**, São Paulo, 20(1), p. 93-108, janeiro/março, 2009.

HASHIMOTO, Francisco. **Vivência de perdas de uma empresa familiar**. Tese (Livredocência). Faculdade de Ciências e Letras de Assis/ UNESP. Assis, 2005.

HONDA, Helio. Subjetividade e Metapsicologia: a constituição conceitual da realidade psíquica. In: TOMANIK, Eduardo Augusto; CANIATO, Angela Maria Pires; FACCI, Marilda Gonçalves Dias (org.). **A constituição do Sujeito e a Historicidade**. Campinas: Editora Alínea, 2009. p. 63-104.

HORNSTEIN, Luis. **Introdução à Psicanálise**. Tradução de Maria Angela Santa Cruz. São Paulo: Escuta, 1989.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KAËS, René. Os dispositivos psicanalíticos e as incidências da geração. In EIGUER, A.; CAROL, A.; ANDRÉ-FUSTIER, F.; AUBERTEL, F.; COCCONE, A.; KAËS, R. **A transmissão do psiquismo entre gerações: enfoque em terapia familiar psicanalítica**. Tradução de Lúcia Helena Siqueira Barbosa. São Paulo: Unimarco Editora, 1998. p. 05-19.

KAËS, René. O sujeito da herança. In: KAËS, R.; FAIMBERG, H.; ENRIQUEZ, M.; BARANES, J. J. **A transmissão da vida psíquica entre gerações**. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001a. p. 09-25.

KAËS, René. Introdução ao conceito de transmissão psíquica no pensamento de Freud. In: KAËS, R.; FAIMBERG, H.; ENRIQUEZ, M.; BARANES, J. J. **A transmissão da vida psíquica entre gerações**. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001b. p. 27-69.

LAPLANCHE, Jean. A angústia moral. In: _____. **Problemáticas I: A angústia**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 237-345.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário da Psicanálise**. Tradução de Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LEVENFUS, Rosane Schotgues. Introdução. In: _____. **Psicodinâmica da escolha profissional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 17-18.

MEZAN, Renato. **Freud, pensador da cultura**. 7 ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

NAGERA, Humberto (org). **Conceitos psicanalíticos básicos de metapsicologia, conflitos, ansiedade e outros temas**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Cultrix, 1970. v. IV.

PAIM, Rose Maria. **A escolha profissional sob um olhar psicanalítico**. s/d. Disponível em <http://www.iacat.com/revista/recreart/recreart07/seccion6/6.ESCOLHA%20PROFISSIONAL%20SOB%20OLHAR%20PSICANAL%20C3%8DTICO.pdf>. Acessado em 01/03/2011.

PELLEGRINO, Hélio. Pacto edípico e pacto social. In: PY, Luiz Alberto *et al.* **Grupo sobre grupo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p. 195-205.

PEREIRA, H. **Michaelis**: pequeno dicionário espanhol-português, português-espanhol. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1996.

PLASTINO, Carlos Alberto. O quinto rombo: a psicanálise. In: SOUZA, Boaventura de Souza. **Conhecimento prudente para uma vida decente**: 'Um Discurso sobre as Ciências' revisitado. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 429-456.

PUERTAS, Kelly Cristina Pereira. **Emergência e constituição do Ideal do Eu em Freud**. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010. Disponível em http://www.ppi.uem.br/Dissert/PPI-UEM_2010_KellyPuertas.pdf.

PUERTAS, Kelly Cristina Pereira; HONDA, Helio. A inscrição do social no psiquismo. In: **I Jornada de Práticas Clínicas no Campo Social**. Universidade Estadual de Maringá, 2010. Disponível em http://www.ppi.uem.br/camposocial/eventos/i_jornada/066.pdf.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la lengua española**. 22ª ed. Madrid: Espasa Calpe, 2001a. Tomo I.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la lengua española**. 22ª ed. Madrid: Espasa Calpe, 2001b. Tomo II.

REHBEIN, Mauro Pioli; CHATELARD, Daniela Scheinkman. Transgeracionalidade psíquica: uma revisão de literatura. **Fractal**, Ver. Psicol. v. 25, n.3, p. 563-584, Set./Dez. 2013.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. Tradução de Vera Ribeiro; Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SOARES-LUCCHIARI, Dulce Helena. O ideal do ego e o projeto de futuro profissional dos adolescentes. In: _____. **Psicodinâmica da escolha profissional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 79-96.

SOUZA, Paulo César. Esta edição. In: FREUD, Sigmund. **Obras Completas**. Tradução de Paulo César e Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 12, p. 09-12.

SZAJDENFISZ, Bela Malvina. **O adolescente e suas escolhas**: contribuições da psicanálise para a escolha profissional. 2008. Dissertação de Mestrado, Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, 2008.

TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira; LASSANCE, Maria Célia Pacheco; SILVA, Bárbara Maria Barbosa; BARDAGI, Marúcia Patta. Produção científica em Orientação Profissional: uma análise da Revista Brasileira de Orientação Profissional. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 8 n.2, p. 25-40, 2007. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v8n2/v8n2a04.pdf>>. Acessado em 29/07/2015.

TEIXEIRA, Marco Antônio Rotta; HASHIMOTO, Francisco. A clínica de orientação profissional: relações entre adolescência, família e escolha da profissão. In: VALENTE, Maria Luiza de Castro; WAIDEMAN, Marlene Castro (organizadoras). **E a família, como vai?** Assis: FLAC-Assis-UESP-Publicações, 2005a. p. 49-69.

TEIXEIRA, Marco Antônio Rotta; HASHIMOTO, Francisco. Família e escolha profissional: a questão espacial, temporal e o significado dos nomes. **Pulsional: Revista de Psicanálise**. Ano XVIII, n. 182, junho/ 2005b. p. 63-73.

TORRES, Maria Luiza Camargos. **Orientação Profissional Clínica**: uma interlocução com conceitos psicanalíticos. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

TORRES, Maria Luiza Camargos. **O processo clínico de Orientação Profissional**. Revista ABOP [online]. Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 29-37, 1998. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rabop/v2n2/v2n2a03.pdf>>. Acessado em 07/08/2015.